

ESE

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

Cláudia Adriana Delevati Bastos

**Acompanhamento dos Egressos: Um estudo
do Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Pública do IF Farroupilha – *Campus* São
Vicente do Sul**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Setembro

20**18**

Cláudia Adriana Delevati Bastos

**Acompanhamento dos Egressos: Um estudo
do Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Pública do IF Farroupilha – *Campus* São
Vicente do Sul**

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de
MESTRE

Orientação
Prof. Doutor Fernando José Cardoso

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dedico esta dissertação ao meu esposo Clóvis, minha irmã Luciane e meu filho Matheus por compreenderem os momentos de ausência e pelo apoio durante todo esse período de dedicação na elaboração deste trabalho.

À minha mãe Eloi e meu saudoso pai Antonio pela base da minha educação, e à minha madrinha Margarida por sempre ter me incentivado a buscar mais conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho, dando-me força e coragem durante esta caminhada.

À minha família que sempre me apoiou e me incentivou a prosseguir na concretização dos meus sonhos.

Ao Instituto Federal Farroupilha que nos proporcionou essa oportunidade.

Aos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública que participaram da investigação e colaboraram na pesquisa

Aos professores (a) do Instituto Politécnico do Porto, que nos transmitiram seus conhecimentos.

Ao meu orientador, professor Doutor Fernando José Cardoso, pela atenção, incentivo e colaboração, sem a qual seria impossível a conclusão de minha dissertação.

Aos colegas do IF Far– *Campus* São Vicente do Sul Mestre André Turchiello de Oliveira, professora Doutora Evanir Piccolo Carvalho e professor Doutor Rogério Reolon Anese, coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, pela colaboração.

À professora Doutora Simone Bochi Dorneles do IFFar– *Campus* São Vicente do Sul, pelo apoio e colaboração no presente estudo.

À minha colega e amiga Mirian Rosani Crivelaro KovhauTT pela amizade e companherismo.

Aos demais colegas do mestrado pelas palavras amigas nas horas difíceis, pelo auxílio nos trabalhos, e, principalmente, por estarem comigo nesta caminhada tornando-a mais agradável.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte dessa etapa da minha vida.

RESUMO

Realizar uma avaliação do ensino ofertado pelas instituições de ensino, além de ser uma exigência legal, torna-se crucial para o sucesso e manutenção do ensino. Uma maneira de realizar o processo de avaliação é através de um acompanhamento eficaz dos seus egressos e do conhecimento da sua atuação profissional, verificar em que medida o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul contribuiu para a inserção dos egressos no mundo do trabalho é o objetivo do presente estudo. Recorremos a uma metodologia de natureza quanti-qualitativa, tendo a recolha de dados sido feita através da aplicação de um questionário aos egressos que colaram grau no período de 2013-2016. A fim de conhecer a situação profissional destes egressos, foram avaliadas as questões de inserção na atividade profissional, a relação entre as atividades desempenhadas e área de formação, a percepção que possuem sobre a sua formação profissional. Nesse processo, buscamos identificar também, a sua opinião no que concerne às potencialidades e fragilidades evidenciadas no curso. Os dados obtidos nos mostraram que a principal dificuldade encontrada pelos egressos, foi referente à inserção e identidade profissional, havendo a necessidade de um trabalho de sensibilização sobre o papel do gestor público. Esperamos que através dos resultados obtidos, os coordenadores e colegiado de curso possam realizar uma avaliação contínua e sistemática do curso, além de propor ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) alterações no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), buscando assim melhorias no processo ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Acompanhamento de Egressos; Gestão Pública; Instituto Federal; Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

To make an evaluation of the teaching offered by educational institutions, besides being a legal requirement, becomes crucial for the success and maintenance of teaching. One way to carry out the evaluation process is through an effective follow-up of its graduates and the knowledge of their professional performance, to verify to what extent the Higher Course of Technology in Public Management of the Federal Institute Farroupilha - São Vicente do Sul Campus contributed to the insertion of graduates in the world of work is the objective of the present study. We used a methodology of quantitative-qualitative nature, and the data collection was done through the application of a questionnaire to graduates in the period 2013-2016. In order to know the professional situation of these graduates, the questions of insertion in the professional activity, the relationship between the activities performed and the training area, the perception that they have about their professional training were evaluated. In this process, we also sought to identify their opinion regarding the potentialities and weaknesses evidenced in the course. The data obtained showed that the main difficulty encountered by the graduates was related to the insertion and professional identity, and there is a need to raise awareness about the role of the public manager. We hope that through the results obtained, the coordinators and course colleges will be able to carry out a continuous and systematic evaluation of the course, as well as proposing to the Structural Teaching Nucleus (NDE) changes in the Pedagogical Course Project (PPC), thus seeking improvements in the teaching- learning.

KEYWORDS: Graduates Follow-up; Public administration; Federal Institute; World market.

ÍNDICE

| | |
|---|------|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS | xi |
| LISTA DE FIGURAS | xiii |
| LISTA DE QUADROS..... | xv |
| LISTA DE TABELAS | xvii |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | xix |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA..... | 3 |
| 1.1. A expansão da educação profissional e Tecnológica..... | 3 |
| 1.2. Os Institutos Federais..... | 5 |
| 1.3. Educação profissional e o mundo do trabalho | 9 |
| 1.3.1. Os Institutos Federais e a preparação para o mundo do trabalho..... | 11 |
| 1.4. Cursos Superiores de Tecnologia | 13 |
| 1.4.1. Inserção Profissional dos Egressos dos Cursos de Tecnologia..... | 16 |
| 1.5. Instituto Federal Farroupilha – IFFar | 17 |
| 1.5.1. Acompanhamento de Egressos no IF Far..... | 21 |
| 1.5.2. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública | 26 |
| 1.5.2.1 Perfil desejado e área de atuação do Tecnólogo em Gestão Pública | 29 |
| 2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO | 33 |
| 2.1. Definição do problema e sua justificativa..... | 33 |
| 2.1.1. Objetivos | 36 |
| 2.2. Tipo de estudo | 37 |
| 2.3. Local de estudo | 38 |

| | |
|---|-----------|
| 2.4. Participantes | 40 |
| 2.5. Técnicas de recolha de dados a utilizar | 43 |
| 2.6. Técnicas de tratamento de dados a utilizar | 45 |
| 2.7. Confiabilidade e validade | 46 |
| 3. CAPÍTULO III - ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS | 49 |
| 3.1. A situação profissional e a percepção de competência nos egressos.... | 49 |
| 3.1.1. Acerca da situação profissional dos egressos | 49 |
| 3.1.2. Sobre a percepção das habilidades e competências profissionais | 54 |
| 3.2. O curso: potencialidades, fragilidades e sugestões de melhoria | 65 |
| 3.2.1. Sobre as potencialidades..... | 66 |
| 3.2.2. Sobre as fragilidades..... | 67 |
| 3.2.3. Sugestões de Melhoria | 70 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 73 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 77 |
| APÊNDICES..... | 83 |
| APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE | 83 |
| APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO | 85 |
| APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE | 87 |
| APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO | 91 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CRA – Coordenação de Registros Acadêmicos
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CP – Conselho Pleno
CST – Cursos Superiores de Tecnologia
CNCST – Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
EAFA – Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IF – Instituto Federal
IFFAR – Instituto Federal Farroupilha
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
PAE – Programa de Acompanhamento de Egressos
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPI – Plano de Desenvolvimento Institucional
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RS – Rio Grande do Sul
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SVS – São Vicente do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Cronologia das evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Fonte: Redefederal.mec.gov.br..... | 4 |
| Figura 2 – Expansão da Rede Federal de Ensino. Fonte: MEC/ Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica | 8 |
| Figura 3 – Mapa do Rio Grande do Sul com a localização das Unidades que fazem parte do IFFar. Fonte IFFar (2018)..... | 20 |
| Figura 4 – Vista área do IF Far – <i>Campus SVS</i> . Fonte: IF Far – Campus SVS (2018) | 40 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Principais funcionalidades e descrição do PAE/IFFar. Fonte: IFFar (2018)..... | 25 |
| Quadro 2 – Potencialidades evidenciadas no curso | 67 |
| Quadro 3 – Fragilidades evidenciadas no curso | 70 |
| Quadro 4 – Sugestões de melhorias para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública | 72 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Municípios e população estimada em 2017. Fonte: IBGE, 2018... 29 | 29 |
| Tabela 2 – Linha do Tempo do Campus SVS 38 | 38 |
| Tabela 3 – Classificação das habilidades e competências desenvolvidas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública..... 61 | 61 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Distribuição de gênero do grupo de entrevistados..... | 42 |
| Gráfico 2 – Faixa etária dos egressos em Gestão Pública..... | 42 |
| Gráfico 3 – Escolaridade dos egressos..... | 43 |
| Gráfico 4 – Situação profissional dos egressos..... | 50 |
| Gráfico 5 – Localização do trabalho atual..... | 51 |
| Gráfico 6 – Relação trabalho atual com a área de formação | 52 |
| Gráfico 7 – Ofertas de trabalho na área de formação na cidade/região | 53 |
| Gráfico 8 – Motivos apontados pelos egressos por não estarem trabalhando | 53 |
| Gráfico 9 – Dificuldades encontradas para inserção no mundo do trabalho e/ou aplicação dos conhecimentos | 54 |
| Gráfico 10 – Compreensão do processo administrativo | 56 |
| Gráfico 11 – Atuação na área de Gestão Pública de acordo com os princípios da administração pública e Constituição Federal | 57 |
| Gráfico 12 – Modelos inovadores de gestão nos projetos públicos..... | 57 |
| Gráfico 13 – Atuação de forma empreendedora e inovadora nos processos de gestão pública..... | 58 |
| Gráfico 14 – Desenvolvimento de projetos em parcerias visando o desenvolvimento sustentável | 59 |
| Gráfico 15 – Desenvolvimento de atividades de forma dinâmica, buscando a eficiência, eficácia e efetividade | 60 |
| Gráfico 16 – Conceito atribuído ao curso | 62 |
| Gráfico 17 – Expectativa em relação ao curso..... | 63 |
| Gráfico 18 – Fatores que influenciaram na escolha do curso | 64 |
| Gráfico 19 – Avaliação dos conhecimentos teóricos e práticos | 65 |

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho passa por profundas transformações tornando-se cada vez mais dinâmico e competitivo, ocasionando novas demandas para a produção e gestão do conhecimento, bem como para o exercício profissional. Em contrapartida as instituições de ensino têm a função de preparar os jovens para o mundo do trabalho, necessitando muitas vezes repensar o seu processo formador.

Nesse contexto, a proposta dos Institutos Federais (IFs) aponta para um novo modelo de instituição de ensino, e concebe a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, tratando-se de uma estratégia política e de transformação social, na perspectiva de um país mais justo, equitativo e solidário (Ministério da Educação - MEC, 2010).

Um dos objetivos dos Institutos Federais é formar profissionais que possam atuar nos processos de desenvolvimento local e regional, descentralizando oportunidades por meio de ofertas de cursos técnicos, profissionalizantes e superiores, em todos os estados do país, inclusive com um processo de interiorização, com suas unidades instaladas em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública atua nessa perspectiva, e conhecer como tem sido a inserção profissional dos egressos, levando em consideração que a formação adquirida no curso é muito relevante, além de ser uma importante ferramenta de avaliação.

O acompanhamento dos egressos, também é uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e poderá trazer subsídios para identificar as potencialidades e fragilidades do curso. Nesse processo de avaliação é importante identificar também qual é a percepção que os ex-alunos possuem sobre a sua formação profissional e os conhecimentos adquiridos no curso.

De acordo com Sampaio (2013), um acompanhamento eficaz dos alunos egressos poderá promover ações de melhorias contínuas e auxiliar na manutenção da qualidade dos cursos, tornando-se uma ferramenta importante

para a instituição de ensino. Assim, o desenvolvimento de ações capazes de detectar o valor agregado pelo curso aos seus alunos. Com isso, a instituição é capaz de formar uma base de dados sólida, e fornecer subsídios para o desenvolvimento de ações futuras voltadas para o crescimento do curso em benefício dos próximos alunos.

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo analisar em que medida o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul contribuiu para a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho, na sua área de formação.

A organização geral do presente estudo está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, que corresponde ao quadro teórico, são abordadas as temáticas do estudo e as teorias de base que conduzem a presente pesquisa, contendo um breve relato da expansão da educação profissional e tecnológica no país, desde o seu surgimento até os dias atuais. Na sequência, fala dos institutos federais e sua correlação com o mundo do trabalho. Logo após, centramo-nos sobre o acompanhamento de egressos no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e, sobre os cursos superiores de tecnologia com ênfase ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado pelo *Campus* de São Vicente do Sul, e que é objeto desse estudo.

O segundo capítulo trata do estudo empírico, onde constam a definição do problema, justificativa, os objetivos referentes ao acompanhamento dos egressos, com o objetivo de avaliar a inserção dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no mundo do trabalho, na sua área de formação, a partir das habilidades e competências adquiridas no curso. Logo após, é descrita a metodologia aplicada, o tipo de pesquisa, local de estudo e participantes, o instrumento utilizado para a coleta, e os procedimentos para a análise e tratamento de dados, além da confiabilidade e validade da pesquisa.

O terceiro capítulo aborda as análises e discussões dos resultados obtidos e as considerações finais, seguido das referências bibliográficas e apêndices.

1. **CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA**

Nesse capítulo será abordado sobre a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no país, com ênfase aos Institutos Federais. Na sequência será elucidado sobre o acompanhamento de egressos no Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul, com destaque ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, objeto desse estudo.

Dessa forma, pretende-se contextualizar e referenciar, teoricamente, os assuntos tratados na presente pesquisa.

1.1. A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Iniciamos o presente estudo com um breve relato da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais, com ênfase aos Institutos Federais.

De acordo com o MEC (2009), o ano de 1909 é considerado o marco do ensino profissionalizante no Brasil, e explica porquê:

O ano de 1909 é considerado o marco do ensino profissionalizante no Brasil com a criação de 19 ‘Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, do então Presidente da República, Nilo Peçanha. Vinte e oito anos depois, as escolas foram transformadas em ‘Liceus Profissionais’, agora, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Em 1942, os Liceus deram lugar às ‘Escolas Industriais e Técnicas’. A mudança seguinte ocorreu em 1959, com as primeiras ‘Escolas Técnicas Federais’. Já em 1978, foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs (MEC, 2009, p. 1).

Em 2008, outro marco na história da Educação Profissional no Brasil se deu com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Estes foram criados em comemoração aos 100 anos da Educação Profissional e Tecnológica no país.

De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. Se antes as escolas técnicas estavam em apenas 119 municípios, com a expansão subiu para 568 cidades. As matrículas, somente entre 2008 e 2016, cresceram 60%. Hoje são um milhão de estudantes somente nos Institutos Federais.

Figura 1 – Cronologia das evoluções da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.
Fonte: Redefederal.mec.gov.br



De acordo com Sampaio (2013, p. 18), “somente no governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, é que passa a existir mais ênfase à Educação Técnica e Tecnológica, quando se revela acentuado esforço rumo à interiorização dos IFs”.

Outro fator importante na evolução da Educação Técnica e Tecnológica no país, conforme Cesar e Ferreira (2016), foi que desde que surgiu a primeira estrutura escolar pública em 1909 no campo da Educação Profissional, é possível perceber as inúmeras mudanças na institucionalidade dessas instituições de ensino, até se chegar à estrutura de Instituto que se tem atualmente, com um sistema de ensino nacional voltada para a Educação Profissional e Tecnológica, com a formação da Rede.

O mesmo instrumento legal que criou os Institutos Federais, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Atualmente, 38 Institutos Federais, 02 CEFETs, o Colégio Pedro II e 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais e uma universidade tecnológica integram a RFEPCT.

Foi a partir desse período que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) brasileira passou a ter a maior expansão da sua história.

1.2. OS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's) foram criados a partir da fusão dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), escolas agrotécnicas e escolas técnicas. Eles foram construídos na perspectiva de serem um novo modelo político-pedagógico de instituição de Educação Profissional e Tecnológica, e ofertam cursos desde a Educação Básica até a Pós-Graduação.

A Lei nº 11.892 (Presidência da República, 2008), que instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em seu art. 2º versa que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de

educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (p. 1).

A especialidade dessas instituições, como pode ser visto no art. 2º desta Lei, é a oferta de educação profissional e tecnológica, a qual visa, em um prazo menor que a maioria das modalidades de ensino, ingressar no mercado do trabalho cidadãos qualificados e críticos com as inovações emergentes e os novos nichos de mercado.

O Decreto nº 5.154 (Presidência da República, 2004), diz que a Educação Profissional e Tecnológica oferecida pelos Institutos Federais deve ser ofertada das seguintes formas: “formação inicial e continuada de trabalhadores – preferencialmente articulados com os cursos de educação de jovens e adultos (EJA); educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (p.1).

O Decreto também prevê que a formação técnica que acompanha o ensino médio deverá ser da seguinte forma: “integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental; concomitante, oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio; e subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Médio”.

Conforme a Lei de Criação dos Institutos, a qual prevê que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, os Institutos Federais, deverão garantir o mínimo de percentuais destinados aos cursos técnicos e às licenciaturas, ou seja (50% das vagas) destinados aos cursos técnicos, em sua maioria, na forma integrada com o Ensino Médio, (20% das vagas) destinadas aos cursos de licenciaturas e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados, principalmente, para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

A Lei nº 11.892/08 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), muitos dos quais são o resultado da mescla

de Escolas Técnicas Federais pré-existentes, que juntas passam a integrar uma única autarquia. Apesar de manterem, por força desta Lei, a oferta de Ensino Técnico Profissionalizante, estas novas instituições passam a concorrer com as universidades federais na oferta de Ensino Superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades, segundo a SETEC, é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico (Tavares, 2012, p. 9, citado por Scheid, 2017).

A estrutura organizacional dos Institutos Federais se dá através da centralização em torno das reitorias, *Campus* nas cidades-polo e *Campus* avançados nas regiões mais afastadas. Com o objetivo de alavancar o desenvolvimento local e regional atuam no chamado “tripé”, que é a articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão.

Segundo Pacheco (2011), os institutos federais possuem caráter inovador, com uma organização pedagógica que permite aos docentes atuarem nos diferentes níveis com os discentes, compartilhando os espaços pedagógicos e laboratórios, além de procurar estabelecer itinerários formativos desde os cursos de formação inicial até a pós-graduação, em áreas afins, denominada verticalização do ensino, proporcionando ao estudante permanecer na mesma instituição ao longo do seu percurso acadêmico.

Ainda de acordo com este autor, os Institutos Federais também assumem um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

De acordo com Souza (2012), a expectativa do governo federal com a criação dos Institutos Federais é no sentido de ampliar o acesso dos trabalhadores a níveis mais elevados de escolaridade e a formação para o mundo do trabalho, bem como estimular o desenvolvimento da pesquisa aplicada com vistas a expandir o potencial produtivo local.

O Brasil conta, atualmente com 38 Institutos Federais e inúmeros campi espalhados por todo o território nacional, como podemos visualizar no mapa

do Brasil, com a abrangência da RFEPCT. Isso representa um grande avanço para a educação profissional no Brasil.

Figura 2 – Expansão da Rede Federal de Ensino. Fonte: MEC/ Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



1.3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO

A educação profissional no Brasil originou-se no início no século XX, através da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito. Iniciou-se como um projeto assistencialista, possuindo uma função mais voltada para a inclusão social de jovens carentes, o qual o governo chamava de “desafortunados” do que propriamente para a formação de mão de obra qualificada. Nessa época a economia do País era baseada na atividade rural e, mesmo nos principais centros urbanos, o processo de industrialização ainda ocorria de maneira lenta e precária.

Somente a partir da Constituição promulgada em 1937, que o ensino técnico passou a ser visto como estratégico para o desenvolvimento da economia, visando proporcionar melhores condições de vida para a classe trabalhadora, surgindo a necessidade de mão de obra qualificada para atender a demanda ocasionada pela expansão industrial.

Em 1942, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na mesma ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EITs), prevalecendo até 1959.

Segundo Ananias (2015), a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961), que substituiu as diretrizes da Reforma Capanema, estabeleceu a equivalência do ensino técnico ao secundário, possibilitando o ingresso de seus docentes aos cursos superiores. A partir desse momento, o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial para a expansão da economia.

Na década de 70, com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional, surgindo os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que tinham como

objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos, o que mais tarde veio a dar origem aos IF's.

A educação profissional e tecnológica passou por várias transformações ao longo da sua existência, desde quando surgiu no início do século XX com o propósito de atender a um sistema capitalista, até a criação dos institutos federais, no início do século XXI.

No início do século XXI, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil passou por um momento histórico de constante transformação econômica, política e social. A recente retomada do crescimento econômico do país, mesmo em contramão à crise mundial, o aumento dos investimentos nos chamados mercados emergentes e o avanço das novas tecnologias são fatores que provocam a necessidade de ampliação da formação de profissionais qualificados tendo em vista atender a demanda de uma economia em expansão. (Macedo, 2017, p. 95).

Os IF's foram criados sobre o prisma de atender a carência por profissionais qualificados, oportunizando um ensino público, gratuito e de qualidade tornando-se um marco na educação profissional e tecnológica no país. Antes da criação dos institutos, a educação profissional era vista como a educação para as classes populares, destinada apenas a formar mão de obra para o mercado de trabalho, enquanto que as universidades eram um privilégio das elites. Poucas pessoas tinham acesso, pois além de existirem poucas instituições de ensino públicas, estas estavam localizadas nos grandes centros urbanos, o que dificultava o acesso à população menos favorecida, com poucas ofertas de vagas, o que acabava por beneficiar as pessoas que tinham mais condições financeiras, e acabavam tendo mais chances de ingressarem nas universidades públicas. Outro fator a considerar é a qualidade da educação ofertada pelos IF's que, conforme apontado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela avaliação de qualidade da educação superior aponta que a Rede Federal está no *ranking* das melhores instituições de ensino superior (IES) do país.

De acordo com Pacheco (2011), as políticas públicas e inclusivas para a educação em especial, para a educação profissional e tecnológica representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia.

Assim, a educação profissional e tecnológica busca atender a demanda do mercado do trabalho, aliado com o perfil econômico da região onde está implantado. Com base no exposto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado pelo IFFar – *Campus* de São Vicente do Sul, busca formar cidadãos aptos a inserir-se no mundo do trabalho, com capacidade de diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na área de gestão pública, podendo exercer suas atividades nas três esferas do Poder Executivo (municipal, estadual e federal).

1.3.1. Os Institutos Federais e a preparação para o mundo do trabalho

Na sociedade atual, onde as transformações e os avanços tecnológicos são cada vez mais constantes, imperando o modo de produção capitalista, pressupõe a necessidade permanente de qualificação profissional, para se inserir e manter-se no mundo do trabalho.

Diante desse contexto os Institutos Federais têm como missão crescer ao seu público-alvo novas capacidades e habilidades de atuação no mundo de trabalho, uma vez que, esse torna-se cada vez mais competitivo e necessita de profissionais qualificados. Esta característica da Instituição pode ser percebida no inciso 2 do artigo 2º da Lei nº 11.892/2008: “§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais” (Presidência da República, 2008).

Nessa premissa, a educação é considerada como o maior recurso para enfrentar as mudanças no mundo do trabalho e, dela depende a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social.

Ao longo da vida, a aprendizagem é a única forma de atualização das competências frente às mudanças tecnológicas e de organização do trabalho promovidas pela globalização. Historicamente, erguer uma força de trabalho qualificada tem sido de responsabilidade das instituições de ensino e dos governos. Os estudantes entram num sistema concebido para serem preparados para o mundo do trabalho, e espera-se que saiam com as competências necessárias para iniciarem a sua trajetória profissional (Oliveira, 2014).

De acordo com Pacheco (2011), o objetivo central dos Institutos Federais não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, com uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho com uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo.

Para este autor, o governo federal, quando criou os Institutos Federais teve como objetivo a implementação na área educacional, de políticas que se contrapusesse às concepções neoliberais existentes. Esse projeto se iniciou com a criação dos Institutos Federais, o qual visa oportunizar a milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora, acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade e, para atingir os objetivos na busca de ampliação do acesso à educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas foram adotadas para conseguir inserir e manter esses jovens nas instituições de ensino.

Dentro desse novo projeto de ensino apresentado pelos Institutos Federais, os desafios dessas instituições é ofertar uma educação de qualidade, preparando os alunos não somente para exercer atividades profissionais, e sim, formar cidadãos críticos e com habilidades e competências, para se inserir no

mundo do trabalho, com capacidade de transformar o ambiente que estão inseridos.

Para Cesar e Ferreira (2016), a implantação destas instituições está atrelada a relevantes investimentos financeiros, tanto nas estruturas físicas quanto na de recursos humanos, pois é aparente a existência de um aumento significativo no número de profissionais em educação para atender a essas instituições, o que possibilita um espaço para indagações sobre o que está se produzindo no âmbito destas instituições, considerando as dimensões pedagógicas, do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Conhecer o seu público-alvo se torna importante para essas instituições e isso é possível se houver uma avaliação do ensino ofertado, e a melhor maneira de realizar essa avaliação é através do *feedback* de seus egressos.

1.4. CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Os cursos superiores de tecnologia (CST) tiveram origem nos anos de 1960, e ganharam mais força com a nova LDB, sancionada em 1996. Procurando atender às demandas do mundo do trabalho, a tendência foi criar no Brasil uma estrutura de oferta da educação superior com cursos superiores de curta duração.

A aprovação da Lei nº 9.394, em dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), possibilitou uma nova estrutura à educação brasileira. A partir de então, toda a legislação educacional vigente, passa por atualizações para atender a nova LDB. A Educação Profissionalizante passa, então, a ser objeto de programas educacionais do Governo e das empresas, que buscam desenvolver e aprimorar as competências e habilidades dos trabalhadores, além de lhes proporcionar maior inserção no mundo do trabalho (Assis, 2013, p. 21).

No Brasil, o profissional formado na área de tecnologia possui o título de Tecnólogo. Esse profissional tem a formação profissional voltada para uma área bastante específica, integrando teoria e aplicação prática. Ele desenvolve determinadas habilidades e competências para se inserir mais rapidamente no mundo do trabalho, em virtude desses cursos possuírem duração mais curta em relação aos demais cursos superiores como, por exemplo, bacharelado e licenciatura.

De acordo com o Artigo 39, da LDB, a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (p. 1)

Os cursos de tecnologia são considerados cursos de educação de nível superior, podendo matricular-se candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, possibilitando aos egressos dar continuidade em seus estudos cursando a pós-graduação, tanto *Lato* como *Stricto Sensu*.

Quando foram implantados, houve uma dificuldade na identificação das características que definem um curso técnico de um curso superior tecnológico.

No que se refere a esses cursos, Favretto e Moretto (2013, p. 408) esclarecem:

Os cursos superiores de tecnologia são, legalmente, cursos regulares de graduação, regulamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e focados no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de

conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas profissionais. Tais cursos têm o objetivo de promover o desenvolvimento de competências profissionais que possibilitem a utilização da tecnologia.

O Ministério da Educação, disciplina a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) através do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST). Até o momento, foram disponibilizadas três edições do CNCST, a primeira em 2006, a segunda em 2010, e a última edição do Catálogo, foi realizada em 2016. O catálogo traz 134 denominações de Cursos Superiores de Tecnologia, entre eles o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Está estruturado em treze eixos tecnológicos, contendo a seguinte descrição por curso:

- Perfil profissional de conclusão;
- Infraestrutura mínima requerida;
- Carga-horária mínima;
- Campo de atuação;
- Ocupações CBO associadas;
- Possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação.

A última atualização contou com a colaboração de professores, especialistas e pesquisadores, entidades representativas das instituições de educação superior e entidades de representação profissional.

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia - CST, o Ministério da Educação encarrega-se, periodicamente, da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST. Essa atualização, prevista no art. 5º, § 3º, inciso VI do Decreto nº 2006/5.773, e na Portaria nº 2006/1.024, é imprescindível para assegurar que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade (MEC, 2016, p. 7).

Nas últimas décadas verificou-se um aumento significativo na oferta de educação profissional e superior no país. Muitas instituições de ensino, tanto

pública como privada passaram a oferecer novas modalidades e novos cursos, em decorrência de alterações da legislação educacional e maior investimento na área da educação (Favretto & Moretto, 2013).

Os cursos superiores de tecnologia foram os que mostraram maior crescimento no país, nas últimas décadas, em virtude de serem cursos com menor duração em relação aos demais cursos de nível superior, oportunizando aos egressos destes cursos ingressarem mais rapidamente no mundo do trabalho, ou ainda dar prosseguimento aos estudos.

1.4.1. Inserção Profissional dos Egressos dos Cursos de Tecnologia

A educação e trabalho são direitos estabelecidos na Constituição Federal (1988), sendo que a educação profissional está amparada pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (REFEPT) surge como uma política pública de inclusão social e desenvolvimento do país, tendo como um dos objetivos a inclusão de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho.

No contexto atual, marcado por mudanças no contexto organizacional e profissional, cresce a demanda por trabalhadores qualificados, e o grau de escolaridade é o fator que mais afeta tanto as chances de inserção como de ascensão na vida profissional, a oferta de ensino profissionalizante busca atender a essa demanda.

Independente da expectativa do retorno financeiro, o ingresso no ensino superior, é visto por muitos, como o passaporte para a maioria efetiva, o que representa o ingresso no mundo do trabalho. Tal momento é povoado de suposições relativo à inserção ou re-inserção laboral. Tais expectativas, parecem ecoar nos fundamentos do capital humano e referem-se à ampliação da empregabilidade, como algo a ser almejado (Andrade, 2009, p. 68).

Na visão de Pacheco (2011), a Educação Profissional e Tecnológica é considerada estratégia de ação e política e de transformação social, como fortalecimento de inserção cidadã de milhões de brasileiros.

De acordo com Oliveira (2012), o qual destaca que a inserção profissional como tema de pesquisa é recente, com diversas interpretações para o momento de transição da vida do indivíduo. Antigamente a inserção profissional era denominada de entrada na vida ativa, ou seja, a transição da vida estudantil para laboral. O processo de inserção profissional é o momento em que o jovem aprende as regras que organizam o mercado de trabalho, em que se transmite as normas de orientação, do desenvolvimento das habilidades e competências, muitas vezes adquiridas durante o período de formação, e as instituições de ensino são importantes aliadas nesse processo.

De acordo com Guimarães e Almeida (2013), a inserção produtiva dos jovens consolida-se como um grande desafio. Trata-se de um público mais vulnerável, que enfrenta maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Muitas empresas, além da formação profissional, ainda exigem experiência, aliada a uma taxa cada vez mais crescente de desemprego no país.

Diante disso, presume-se que, quanto mais qualificação o indivíduo possuir, maiores serão as chances de inserção profissional.

1.5. INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – IFFAR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Em 2010, foram criados os *campi* de Panambi,

Santa Rosa e São Borja, já em 2012, o Núcleo Avançado de Jaguari foi transformado em *campus*. Em 2013, teve início as atividades no *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em 2014 foi criado o *Campus* de Santo Angelo, e também foram realizadas as primeiras seleções para cursos técnicos subsequentes nos Centros de Referência de Carazinho, Santiago, São Gabriel, Quaraí e Não-Me-Toque. O ano de 2015 foi importante para a instituição, pois tem os seus primeiros cursos com obtenção de nota máxima na avaliação do MEC, além da criação de mais três centros de referência, entre eles, Três Passos, Candelária e Rosário do Sul, e também pela integralização do *Campus* de Frederico Westphalen ao IFFar, o qual pertencia a Universidade Federal de Santa Maria. Em 2017 foi autorizada a oferta de cursos de pós-graduação na modalidade a distância (EAD), e pela primeira oferta de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (profEPT). Em 29 de dezembro de 2018, os institutos federais farão 10 anos de existência, entre eles, o IFFar.

Com a criação de novas unidades, houve uma expansão da oferta do ensino médio de nível técnico e superior a várias regiões de alcance do Instituto Federal Farroupilha, com abrangência em 42 cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Fazem parte da instituição os *campi* de: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul, *Campus* Avançado de Uruguaiana, além dos polos de Educação a Distância e centros de referência. O IFFar conta, atualmente, com um quadro funcional composto por 1.500 servidores, possuindo aproximadamente, 13.000 alunos, ofertando 186 cursos distribuídos entre ensino médio, técnico, superior (tecnologia e licenciatura) e pós-graduação (*Lato e Stricto Senso*).

A Missão do IFFar é promover a educação profissional, científica e tecnológica, articulado com o ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável, buscando assim, promover o desenvolvimento de forma inclusiva, oportunizando ensino público, gratuito e de qualidade. Tem como visão ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação

e extensão tecnológica. Seus valores são alicerçados na ética, solidariedade, responsabilidade social e ambiental, comprometimento, transparência, respeito e gestão democrática.

A sede do IF Farroupilha, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os *Campi*. Com essa abrangência, o Instituto Federal Farroupilha visa à interiorização na oferta dos seus cursos, em consonância com a Lei nº 11.892/2008, buscando contribuir com o desenvolvimento local, a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

Pode-se perceber que os *campi* do IFFar estão distribuídos em várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, corroborando com o objetivo de interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior.

Além do Instituto Federal Farroupilha o Estado do Rio Grande do Sul conta com mais dois institutos federais, o Instituto Federal Sul Rio-Grandense (IFSul), com 12 campi e reitoria instalada na cidade de Pelotas e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que conta com 17 campi, e sede na cidade de Bento Gonçalves. Juntas as três instituições somam 41 *Campi*, espalhados em várias regiões do estado.

Figura 3 – Mapa do Rio Grande do Sul com a localização das Unidades que fazem parte do IFFar. Fonte IFFar (2018)



Reitoria e Campi

1. Reitoria
2. *Campus* Alegrete
3. *Campus* Frederico Westphalen
4. *Campus* Jaguari
5. *Campus* Júlio de Castilhos
6. *Campus* Panambi
7. *Campus* Santa Rosa
8. *Campus* Santo Ângelo
9. *Campus* Santo Augusto
10. *Campus* São Borja
11. *Campus* São Vicente do Sul
12. *Campus* Avançado Uruguaiana

Centros de Referência

- a. Candelária
- b. Carazinho
- c. Não-Me-Toque
- d. Santiago
- e. São Gabriel
- f. Três Passos

1.5.1. Acompanhamento de Egressos no IF Far

A palavra 'egresso' possui diversos conceitos, alguns ligados a questões religiosas, outras econômicas e até jurídicas. Significa a finalização de uma carreira ou projeto. No contexto educacional é quando o indivíduo se gradua, ou seja, uma indicação de que frequentaram o curso e se afastaram após a sua conclusão.

De acordo com Ferreira (1999), "o egresso é o indivíduo que cumpriu a grade curricular de um curso de graduação ou pós-graduação e obteve uma titulação em determinada área do conhecimento".

Por último, ainda pode ser acrescentado um termo utilizado internacionalmente, o *alumni*, que significa "*a graduate student of a specific school, college, or university*" (Dictionary.com, 2017).

O Programa de Acompanhamento de Egressos compõe uma das dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, faz parte da Política de Atendimento aos Estudantes como parte do plano de Avaliação Institucional. Dessa forma, as instituições públicas de ensino passam a ser avaliadas também em suas políticas de acompanhamento de egressos e nos programas de educação continuada.

As 10 dimensões da Lei dos Sinaes, em especial a nona dimensão - Políticas de atendimento aos discentes - do instrumento utilizado para avaliação externa e credenciamento das instituições de ensino superior. Especificamente, essa avaliação focou a seção 9.4, que trata do acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada. Esse indicador tem como padrão de qualidade verificar se as instituições que oferecem ensino superior possuem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida tanto curricular quanto ética, de maneira, a saber, o índice de relação entre eles, à relação entre a ocupação e à formação profissional recebida. (Barbato, 2011, p. 34).

Conforme Buttros (2016), a qual menciona que a nota técnica nº 8 CGACGIES/DAES/INEP de 25 de fevereiro de 2013, propôs a reformulação dos

instrumentos de avaliação institucional externa do SINAES, e ressalta que entre as modificações propostas nas políticas acadêmicas, estão novos temas indutores de qualidade, mais especificamente quatro, sendo um deles a atuação dos egressos. Além disso, estão incluídas as inovações tecnológicas, cooperação internacional e empreendedorismo. Ela ressalta também que o reforço mútuo entre a avaliação interna, a avaliação externa e o Plano de Desenvolvimento Institucional perpassam os cinco eixos do instrumento.

O PDI é um documento exigido pelo MEC que descreve o planejamento estratégico da instituição para os próximos anos, incluindo itens como filosofia de trabalho; missão, visão, valores e prioridades; diretrizes pedagógicas e estrutura organizacional.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) do Instituto Federal Farroupilha, o qual cita que o atendimento e acompanhamento dos egressos é realizado por meio do estímulo:

- I - à criação de associação de egressos;
- II - a parcerias e convênios com empresas;
- III - a instituições e organizações que demandam estagiários e profissionais com origem no IF Farroupilha;
- IV - à criação de mecanismos para acompanhamento da inserção dos profissionais no mundo do trabalho;
- V - à manutenção de cadastro atualizado para disponibilização de informações recíprocas, através de um sistema informatizado, disponibilizado pela Reitoria no site institucional. Essas ações poderão ser ampliadas com base no desenvolvimento de um programa de acompanhamento de egressos (IFFar, 2014, p. 167).

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade. Além do desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do

trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

O Programa de Acompanhamento de egresso do IF Farroupilha, expõe que:

No desenvolvimento do processo de articulação entre a entidade educacional e a sociedade, o egresso é ator potencial e fonte de informações que possibilita retratar, inclusive, a forma como a sociedade percebe e avalia a instituição, tanto do ponto de vista da qualidade e adequação dos processos de formação de profissionais quanto do nível de interação social alcançado. (PAE/IFFar, 2014, p. 1).

O Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Farroupilha foi aprovado em 05 de novembro de 2014, através da Resolução CONSUP nº 081/2014. Em 2013, a Pró-Reitoria de Extensão, havia apontado no Relatório de Gestão uma fragilidade nas ações relacionadas ao acompanhamento de egressos na instituição.

O PAE visa identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão, e tem por objetivo conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo do trabalho dos egressos associada à formação profissional, verificando assim, a adequação entre a formação oferecida no curso e as exigências do mundo do trabalho.

O Programa, quando foi criado, teve a coordenação realizada pela Pró-Reitoria de Extensão. Nos *Campi* as Diretorias de Pesquisa, Extensão e Produção/Coordenadorias de Extensão foram as responsáveis pela coleta de dados e posterior repasse das informações à Pró-Reitoria de Extensão, com a incumbência de processar, analisar e divulgar os resultados.

Em 29 de novembro de 2016, através da Portaria nº 1.817, foi criada a comissão responsável pela implementação do portal de acompanhamento de egressos da instituição, com base na Resolução CONSUP nº 081, de 05 de novembro de 2014. Essa comissão teve a incumbência de discutir a estrutura e

os requisitos para a implantação do portal, o qual teve a sua apresentação em formato de projeto com prazo de lançamento e conclusão dos trabalhos.

As atividades para implantação do Portal de Egressos, tiveram início em dezembro de 2016, com a designação da comissão. No ano de 2017 foram realizadas reuniões de planejamento, elaboração e implantação do projeto. Logo após foi feita a elaboração do *Layout*, o desenvolvimento do sistema, através do SIG (Sistema de Informações Gerencial) do IFFar. Em agosto foi realizada a etapa final prevista no cronograma, através da configuração dos questionários. Ficou definido que a aplicação dos questionários seria feita via SIG, com previsão de início a partir de junho de 2018. O público-alvo seriam os egressos que colaram grau a partir de 2013.

Atualmente, o programa está sendo coordenado pela Coordenação de Inclusão Social subordinado à Pró-Reitoria de Extensão do IFFar. Para a implantação será solicitada a colaboração das Diretorias de Extensão e Ensino dos *Campi*, buscando atualização dos contatos dos egressos. Com vista a uma efetiva participação, foi definido um trabalho prévio de sensibilização com os egressos.

Pode-se visualizar através do quadro abaixo a funcionalidade e descrição do programa de acompanhamento dos egressos do IFFar.

Quadro 1 – Principais funcionalidades e descrição do PAE/IFFar. Fonte: IFFar (2018)

| Funcionalidade | Descrição |
|---|--|
| Apresentação | Texto introdutório sobre a importância da participação do egresso no Portal do egresso. |
| Notícias | Vinculadas notícias do site, bem como serão incluídas notícias específicas para os egressos, como oportunidades de emprego. |
| Atualização de Cadastro | Atualização de seu cadastro via SIG. |
| Formulário cadastro egressos | Criar formulário para cadastro de egressos que não possuem acesso ao SIG, para público formado há bastante tempo pela Instituição. Observa-se há necessidade de análise mais profunda para verificar a inclusão destes no SIG, sendo importante a contribuição da PROEN para mensurar o impacto e a carga de trabalho para esta ação. |
| Inquérito/ Questionários | Pesquisa institucional - questionários por níveis de ensino via SIG |
| Cursos | Conterá o link do site do IFFar |
| Contatos | Conterá o link do site do IFFar |
| Oportunidades de trabalho | Oportunizar oferta de vagas de emprego, através de chamada pública, onde as empresas informarão as vagas e perfis, como vantagem as mesmas têm suas marcas divulgadas. |
| Enquete | Enquete para saber a opinião dos egressos, sobre as diferentes ações desenvolvidas pela instituição. |
| Oportunidades de trabalho | Oportunizar oferta de vagas de emprego, através de chamada pública, onde as empresas informarão as vagas e perfis, como vantagem as mesmas têm suas marcas divulgadas. |
| Vantagens para egressos | Ações efetivas de fidelização, como seminários, encontros, cursos de Capacitação profissional EAD para egressos; |
| Fidelização do egressos (tag identificador de notícias) | Desenvolvimento de ações que mantenham o acesso do público-alvo ao portal, por exemplo: - Minha história: Pensou-se em um espaço semelhante ao de depoimentos, mas que contenha a trajetória de formação do egresso e histórias dessa época. - Depoimentos/casos de sucesso: Após a implementação do Portal, acesso a vídeos Institucionais, reportagens de casos de sucesso/ trajetória na Instituição. - Associações de egressos: Criação de associações de egressos como ferramenta de fidelização à Instituição - Conexão egresso: Trajetória de sucesso de egressos em forma de matéria editada, algo que os jornalistas de cada campus podem contribuir - Conexão egresso na rádio: Entrevista com egressos – arquivos de áudios - Galeria: Fotos |

1.5.2. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi criado em 2008 e aprovado em 14 de novembro do mesmo ano pelo Conselho Diretor do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, atual *Campus* do Instituto Federal Farroupilha.

É ofertado na modalidade presencial e pertence ao eixo de Gestão e Negócios. Quando foi implantado tinha a duração de 3 anos (6 semestres). Atualmente, esse período foi reduzido para 2,5 anos (5 semestres), visando melhor atender à demanda e adequar, constantemente, a estrutura curricular do curso à legislação vigente.

Com a finalidade de atender as crescentes necessidades da sociedade, que busca profissionais com sólida formação tecnológica, o *Campus* de São Vicente do Sul implantou um número significativo de cursos nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, a proposta de implantação e execução do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi resultado do levantamento da realidade por meio de chamada pública e de um estudo realizado pelo extinto Curso de Técnico em Secretariado com a comunidade regional. Esses estudos apontaram a demanda por cursos na área de gestão. Paralelos a esse estudo, intensificavam-se na Instituição os trabalhos de extensão junto a prefeituras de municípios próximos, indicando a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na área.

De acordo com o parecer CONAES N°04/2010, Artigo 1° dispõe que o NDE de um curso constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, para tratar sobre a construção do documento participativo. O trabalho desse grupo resultou no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, tendo a finalidade de explicitar as políticas e práticas pedagógicas.

O Instituto Federal Farroupilha e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) buscaram adequar sua prática pedagógica, que apresenta uma dimensão política, compromissada com a formação do cidadão para o contexto social existente, e uma dimensão pedagógica, procurando formar um cidadão responsável, participativo, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento local e regional.

A instituição obedece aos critérios da organização curricular, e qualificação estabelecida de acordo com a Resolução CNE/CP nº3/2002, instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Educação Profissional de nível tecnológico, Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, e da Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, que aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, e especificamente o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Assim, foi desenvolvida a Matriz curricular do Curso, em consonância também com os seguintes documentos institucionais do IF Farroupilha: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI), Currículo Referência do Instituto Federal Farroupilha e Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores.

Quando o curso de Gestão Pública foi implantado, tomou-se como base o incentivo do Governo Federal através dos órgãos competentes a ações relacionadas à eficiência na área de gestão pública, através de programas de apoio aos municípios, oferecendo, dessa forma, a possibilidade da utilização de recursos financeiros para programas disponibilizados. Contudo, o que se observou em muitos municípios de pequeno porte foi a falta de qualificação dos agentes para elaborarem projetos capazes de acessar esses recursos.

Conforme dados levantados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), quando da implantação do curso, foi apontado que a taxa elevada e crescente da urbanização no Brasil coloca o país entre os mais atrasados na área da Gestão Pública, detectado pela carência de profissionais da área, ocorrido em muitas cidades brasileiras.

Como justificativa para a oferta do curso no PPC é abordado sobre essa carência por profissionais preparados para atuar na Gestão Pública, principalmente, tecnólogos que estejam aptos para as novas e emergentes demandas no contexto onde serão inseridos com o perfil de formação integrados e participativos, confirmando dessa forma, a necessidade da preparação de nível superior.

Assim, o projeto aponta a sua intenção de contribuir com o papel do IF Farroupilha-SVS como protagonista e estimulador do desenvolvimento local, regional, consciente de sua responsabilidade de agente transformador da realidade, articulada ao conhecimento científico-tecnológico.

O curso foi pensado de forma que os alunos possam atuar nas diferentes esferas do setor público por meio de projetos de pesquisa e extensão, contribuindo para a qualificação da gestão das instituições estudadas e propiciando ao estudante uma formação fortemente ligada à realidade onde atuarão futuramente.

Quando o curso foi implantado, levou-se em consideração o Vale do Jaguari, que é composto por nove municípios, entre os quais São Vicente do Sul faz parte (sede do IF Farroupilha-SVS), onde se estima que mais de 8.000 servidores públicos estejam atuando na região, nas diversas áreas de trabalho, o que evidenciou a necessidade de qualificação de profissionais para atuarem nessas instituições, de forma responsável e ética, uma vez que operam com recursos públicos.

A população que faz parte dos municípios que pertencem a região do Vale do Jaguari soma um total aproximado de 120.088 habitantes. Percebe-se que a região tem baixa densidade demográfica, conforme consta na tabela abaixo.

Tabela 1 – Municípios e população estimada em 2017. Fonte: IBGE, 2018

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO 2016 |
|------------------------|----------------|
| Cacequi | 13.552 |
| Capão do Cipó | 3.449 |
| Jaguari | 11.514 |
| Mata | 5.124 |
| Nova Esperança do Sul | 5.125 |
| Santiago | 50.658 |
| São Francisco de Assis | 19.382 |
| São Vicente do Sul | 8.817 |
| Unistalda | 2.467 |

A implantação de novos Cursos Superiores de Tecnologia vem consolidar a missão do IF Farroupilha, no que se refere à oferta da educação profissional de nível superior, uma vez que os Cursos Técnicos de Nível Médio e os de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores já são tradicionalmente desenvolvidos pela instituição. O IFFar – *Campus* São Vicente do Sul tem um importante papel para o desenvolvimento da região, onde está inserido.

1.5.2.1 Perfil desejado e área de atuação do Tecnólogo em Gestão Pública

O leque de oportunidades na área de gestão pública é bastante amplo, e o profissional da área precisa manter-se conectado com as tendências da administração pública, articulado com a área financeira, contábil, gestão estratégica e de pessoas, além do desenvolvimento do empreendedorismo. Com essa multiplicidade de conhecimentos, faz com que o profissional esteja capacitado para exercer diversas funções dentro da esfera pública e também privada e, por obter conhecimento das leis, normas e código de ética, tem a capacidade de trabalhar com consultorias e assessorias.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública visa formar um profissional humano, cidadão e empreendedor, capaz de diagnosticar o cenário

político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional. Aplicar metodologias inovadoras de gestão baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que contribuam para a dinâmica regional. Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação (MEC, 2016).

Com isso, o egresso do curso deve apresentar um perfil ético e comprometido com as questões de diversidades sociais e impactos ambientais para atuar no mundo do trabalho, aptos para o desempenho de atividades dos mais diversos campos de trabalho, planejadas para aperfeiçoar e satisfazer as necessidades dos seus consumidores e ao mesmo tempo as necessidades das organizações.

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública visa ao desenvolvimento das seguintes competências do egresso:

- Demonstrar compreensão de todo o processo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como suas relações com o ambiente externo, tendo conhecimento das funções de planejar, organizar, controlar, comandar e coordenar tendo-os como base para as tomadas de decisões na gestão pública;
- Atuar na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública de acordo com a Constituição Federal;
- Lidar com modelos inovadores de gestão tendo a capacidade de elaborar, implementar e consolidar projetos públicos;
- Coordenar e desenvolver projetos em parceria com os diversos atores envolvidos nos arranjos produtivos, culturais e sociais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
- Desenvolver atividades de forma dinâmica que contribuam para a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade regional, levando ao aprimoramento contínuo dos mesmos, por meio da eficiência, eficácia e efetividade.

- Atuar de forma empreendedora, estimulando a busca por estratégias inovadoras nos processos de gestão pública (p. 25).

Conforme consta no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o egresso estará capacitado a gerir organizações públicas e privadas que estão inseridas nos diversos setores de produção, podendo realizar projetos compatíveis à sua formação, atuando em áreas diferenciadas do mercado. Esse profissional estará apto a trabalhar em órgãos estatais e governamentais, bem como em empresas privadas dos mais variados ramos de atividades ligados à gestão pública. Também estará apto a desenvolver, de forma plena e inovadora atividades que contemplem: aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica; difusão de tecnologias; gestão e desenvolvimento de processos públicos no contexto da sua área de atuação profissional; compreender e avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes das novas tecnologias.

2. **CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO**

Nesse capítulo pretende-se abordar os procedimentos que foram utilizados para a realização da pesquisa, composto pela definição do problema e justificativa, objetivos da investigação, a metodologia utilizada referente ao tipo de pesquisa, local de estudo e participantes, a técnica de recolha e tratamento de dados e, por fim, a confiabilidade e validade da pesquisa.

2.1. **DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA**

Até o final do ano de 2016, exercia atividades profissionais como coordenadora do Setor de Estágios, o qual era subordinado à Coordenação de Extensão do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul. Por um determinado período as turmas que possuíam no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a obrigatoriedade de estágios curriculares. Os alunos do curso de Gestão Pública tiveram estágios até a sexta turma. A partir dessa turma em diante foi eliminada a sua obrigatoriedade, mas ficou na incumbência do setor em auxiliar as turmas concluintes a realizarem o cadastro para posterior acompanhamento da sua trajetória após a formação.

No último semestre, era solicitado aos acadêmicos um cadastro, o qual seria usado para o acompanhamento dos mesmos, após a conclusão do curso. Sendo assim, era enviado pela reitoria do Instituto um *link* para esses acadêmicos acessarem e responderem as perguntas.

A coleta de informações era feita por meio da aplicação de questionários estruturados com base nos aspectos definidos como prioritários para a pesquisa pretendida, os quais visavam à obtenção de subsídios referentes aos cursos realizados, pontos positivos e negativos possíveis de serem destacados,

a atuação do egresso no mundo de trabalho, as dificuldades encontradas na profissão, o perfil de profissional exigido pelas empresas, o interesse em realizar outros cursos na instituição.

A ideia inicial seria a aplicação do questionário em quatro etapas: a primeira no último semestre do curso (preenchimento de cadastro); a segunda, seis meses após a formatura (aplicação questionário de vinculação), com o objetivo de manter o vínculo com os egressos; a terceira (aplicação do questionário de egressos), o qual teria sua aplicabilidade decorrido um ano após a formatura, outro questionário dois anos depois, um terceiro questionário três anos após e um quarto questionário, quatro anos após a formatura, além de um último questionário, decorridos cinco anos da formatura, com o objetivo de manter o vínculo com o egresso e registrar o seu desenvolvimento na linha do tempo. A primeira etapa seria desenvolvida no *Campus* e as etapas seguintes pela reitoria via link disponibilizado aos egressos, o que dificulta o processo de *feedback* para a instância local.

Nesse sentido, o presente estudo surgiu da necessidade de realizar um acompanhamento eficaz, dos alunos egressos, com um *feedback* mais efetivo desse acompanhamento. Cabe salientar que a escolha por pesquisar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se deu em virtude de o *Campus* de São Vicente do Sul ser o único a ofertar essa modalidade de curso dentre os demais *campi* do IF Farroupilha, o que facilita também o acesso aos estudantes.

Através do processo de acompanhamento de egressos poder-se-á identificar novos perfis de profissionais e adequar a oferta de cursos às demandas existentes, bem como possibilitar novas possibilidades de cursos pela instituição, já que a verticalização é um dos princípios dos IFs. Para isto, precisam-se criar sistemas de acompanhamento permanente de egressos, e por intermédio dos resultados obtidos, contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos ofertados, e o retorno em relação ao profissional que se está formando, além de manutenção do vínculo com os egressos.

Quando se obtém o conhecimento de onde os alunos estão inseridos após a formatura, ela adquire melhores subsídios para a divulgação do curso e para

atrair novos alunos. Outro fator relevante que através dos resultados obtidos, os coordenadores e Núcleo Docente Estruturante e o colegiado de curso poderão fazer é uma avaliação do ensino, de forma a proporcionar uma avaliação contínua e sistemática do curso, estabelecendo uma ligação entre o egresso, instituição de ensino e a região onde está inserida, além de subsidiar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso, nas ementas das disciplinas e no perfil do egresso.

Segundo Machado (2001), são os egressos que realimentam com informações a escola e a sociedade sobre as tendências do mercado. Segundo o autor, “o acompanhamento de egressos é um mecanismo que proporciona um quadro fiel do processo de inserção do ex-aluno no mundo do trabalho” (p.59), além de permitir uma avaliação de como o profissional vem desempenhando suas atividades. Também Dias (2016, p. 43), nos diz que:

Um dos mecanismos que servem para avaliar uma Instituição de Ensino é a pesquisa de acompanhamento de egressos, pois o egresso é uma importante fonte de informação, uma vez que está qualificado a falar sobre a instituição, avaliar a qualidade de ensino e, a partir dos dados e opiniões levantadas, possam ser promovidas melhorias.

O acompanhamento eficaz dos alunos egressos é, por isso, muito importante tanto para a instituição como para os alunos, tornando-se uma devolutiva para a sociedade, que poderá verificar se a instituição realmente está cumprindo sua missão.

Pelo que temos exposto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado pelo IF Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul, não conseguiu ainda conhecer o contributo que tem dado para a atuação dos egressos no mundo do trabalho. Tendo em conta que o curso está complementando dez anos de existência, formando profissionais para atuarem na área de gestão pública, ele necessita, urgentemente, de conhecer o valor que é reconhecido pelos egressos. E é a partir desta necessidade que surge o problema do presente estudo: que competências os egressos têm desenvolvido no Curso Superior de

Tecnologia em Gestão Pública, e de que forma elas têm contribuído para a sua atuação no mundo do trabalho?

2.1.1. Objetivos

Objetivo geral

O objetivo geral do presente estudo é analisar em que medida o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul contribuiu para a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho, na sua área de formação.

Objetivos específicos

- Verificar se os egressos do Curso de Gestão Pública estão exercendo atividade profissional atualmente, e se estas são na sua área de formação ou correlata;
- Identificar os fatores que impediram/dificultaram ou que facilitaram/contribuíram para o egresso atuar na sua área de formação;
- Analisar se os egressos identificam em si as habilidades e competências do Tecnólogo em Gestão Pública elencadas no Projeto Pedagógico do Curso;

2.2. TIPO DE ESTUDO

Quanto aos procedimentos, a investigação baseou-se em um estudo de caso, realizado em uma instituição de ensino, e buscou atender o objetivo geral que foi analisar em que medida o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul contribuiu para a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho, na sua área de formação.

Conforme Fonseca (2002), o estudo de caso, é um método caracterizado como um estudo que envolve uma pessoa ou grupos de pessoas, uma entidade, ou um programa, uma instituição ou um sistema educativo, e busca conhecer o ponto de vista dos participantes, abrindo espaço para a interpretação. A opção pelo estudo de caso permitiu um estudo aprofundado sobre a instituição pesquisada.

Quanto aos objetivos, a pesquisa enquadra-se como uma pesquisa descritiva que, de acordo com Gil (1999), uma das características do estudo descritivo é a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados, fator evidenciado no presente estudo, o qual realizou a aplicação de inquérito por questionário, para atender os objetivos da pesquisa.

Embora a presente pesquisa seja predominantemente de natureza quantitativa, usada na coleta e interpretação das perguntas fechadas, que teve maior predominância no inquérito por questionário, ela também foi de natureza qualitativa, em menor proporção usada na análise das perguntas abertas e nos documentos.

Segundo Richardson (1989), o método quantitativo, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Enquanto que, o método qualitativo difere do quantitativo, à medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias.

No presente estudo foi usado o método quanti-qualitativo, o qual permitiu, ao pesquisador, observar os diversos aspectos relacionados ao objeto de estudo.

2.3. LOCAL DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul. Até fazer parte do Instituto Federal Farroupilha, o *Campus* passou por várias transformações. Foi criado em 17 de novembro de 1954 sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola. Em 25 de janeiro de 1968, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a denominação de Colégio Agrícola.

Em 28 de fevereiro de 1985 passou a designar-se Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul, vindo a disvincular-se da UFSM, em 1986. Em 13 de novembro de 2002, passou a denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de São Vicente do Sul, que mais tarde deu origem aos IF'S.

Em 2006, através do Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, os CEFET's foram elevados à condição de instituição de ensino superior. Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnológica e a Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, estabeleceu a relação dos *campi* componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o *Campus* São Vicente do Sul - RS.

Tabela 2 – Linha do Tempo do *Campus* SVS

| | |
|------|---|
| 1954 | Escola de Iniciação Agrícola |
| 1968 | Colégio Agrícola – Vinculada à UFSM |
| 1985 | Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul |
| 2002 | Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul |
| 2008 | Instituto Federal Farroupilha – <i>Campus</i> de São Vicente do Sul |

O *Campus* está localizado no município de São Vicente do Sul, distante 373 km da capital do Estado, e 88 km da cidade de Santa Maria, onde se localiza a reitoria do Instituto Federal Farroupilha, sendo um dos *Campus* com localização mais próximo da sede administrativa do Instituto. Caracteriza-se por centralizar os acessos às demais cidades da fronteira gaúcha, onde é marcante a influência da Instituição junto à comunidade externa. Essa integração é facilitada pela privilegiada localização e pela excelente estrutura física e humana da qual o *Campus* São Vicente do Sul, dispõe.

Atua nos seguintes Eixos Tecnológicos: Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Gestão e Negócios; Produção Alimentícia e Recursos Naturais. Possui, atualmente, 1.974 alunos, distribuídos em seis cursos de nível superior (Bacharelado em Administração e Agronomia, Tecnologia em Gestão Pública e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Ciências Biológicas e Químicas), quatro cursos de nível técnico subsequente (Técnico em Agricultura, Alimentos, Informática e Zootecnia) e quatro cursos de nível técnico integrado (Técnico em Administração, Técnico em Alimentos (PROEJA), Técnico em Agropecuária e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática).

Além dos estudantes do município, o *Campus* recebe vários alunos, oriundos de cidades da região, do Estado do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros.

O *Campus* de São Vicente do Sul, conta atualmente com um quadro funcional composto por 225 servidores. Desses, 98 são Técnico-Administrativos em Educação e 127 são Docentes.

Figura 4 – Vista área do IF Far – *Campus SVS*. Fonte: IF Far – *Campus SVS* (2018)



Embora o *Campus* de São Vicente do Sul possua 63 anos de existência, foi através da integralização ao Instituto Federal, que o *Campus* passou a ter mais investimentos por parte dos governos Lula e Dilma, com significativo crescimento nesses dez anos de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

2.4. PARTICIPANTES

A população em estudo foi composta pelos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul, que colaram grau nos anos de 2013-2016. O total de alunos que colaram grau nesse período foi de sessenta e três, e buscou-se trabalhar com a totalidade da

população. Os dados foram obtidos a partir da lista de egressos fornecida pela CRA (Coordenação de Registros Acadêmicos) do *Campus*, com os contatos dos referidos alunos, e para os quais foi enviado um questionário, que a seguir nos referiremos com mais pormenor.

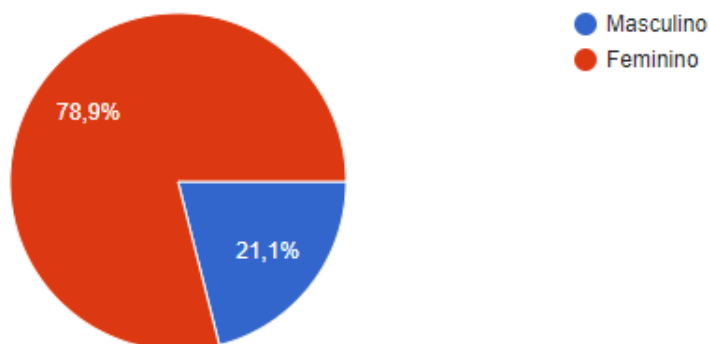
Antes do envio deste questionário, entramos em contato com os egressos, a fim de sensibilizá-los da relevância do estudo proposto e da importância da colaboração na pesquisa, e também para atualização de e-mail. Do total de sessenta e três egressos, não obtivemos contato com três, por não possuírem telefone, e e-mail atualizados. Procurou-se localizá-los através das redes sociais, mas sem êxito. Do restante dos ex-alunos foi conseguido falar com a maioria, e também usado as redes sociais para aqueles, cujo contato não foi possível por telefone.

Do total de 60 egressos para os quais foi enviado o questionário, obtivemos 39 respostas, sendo que 01 ex-aluno não concordou em participar da pesquisa, totalizando 38 participantes. Obtivemos, assim, uma adesão que se situou nos 63,4% e que foi superior ao referido por Cabrera *et al.* (2003 como citado em Dias, 2016), que apontam que dependendo da abordagem da pesquisa e do formato do questionário, as taxas de retorno em pesquisas com egressos variam entre 25% a 60%.

O contato com os egressos foi realizado no período de 20 a 28 de fevereiro de 2018, e aplicação do questionário foi feito no período de 09 a 17 de abril de 2018. A receptividade dos alunos foi muito positiva, os quais mostraram-se satisfeitos com o propósito da pesquisa e prontos a cooperar, obtendo-se boa adesão no presente estudo. Provavelmente, isso se deva ao fato da pesquisadora ter realizado contato prévio com os egressos.

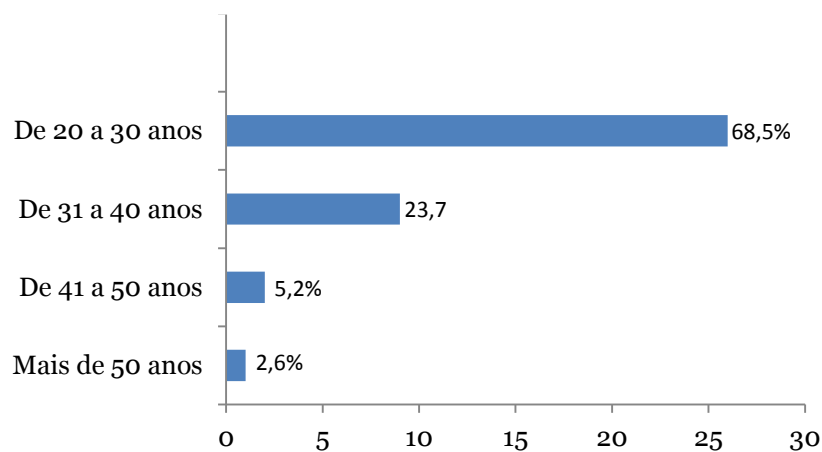
Os participantes do estudo, são predominantemente, do gênero feminino. Em termos absolutos, dos 38 participantes da pesquisa, 30 são do gênero feminino, correspondendo a 78,9% e 8 são do gênero masculino, totalizando 21,1%.

Gráfico 1 – Distribuição de gênero do grupo de entrevistados



Quanto à faixa etária, percebemos, que os respondentes são predominantemente jovens uma vez que há uma maior incidência na faixa etária entre 20 a 30 anos, correspondendo a 68,5%, seguido de 23,7%, entre 31 a 40 anos, 5,2%, na faixa dos 41 a 50 anos, e 2,6% na faixa etária acima de 50 anos.

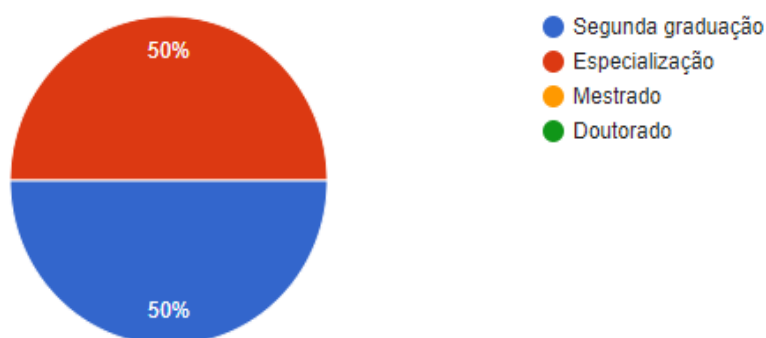
Gráfico 2 – Faixa etária dos egressos em Gestão Pública



Quanto ao tempo de conclusão do curso, 83,8% dos egressos levaram de 3 a 4 anos, enquanto que 16,2% levaram de 4 a 5 anos para concluírem o curso.

Com relação à escolaridade, percebe-se que 50% dos entrevistados informaram ter realizado uma segunda graduação, enquanto que 50% possuem especialização *Lato Senso*.

Gráfico 3 – Escolaridade dos egressos



2.5. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS A UTILIZAR

Para desenvolver essa investigação foi articulado a coleta e análise de dados obtidos através de fontes primárias e secundárias. Para o levantamento dos dados secundários, foi realizada uma pesquisa documental, e referente ao levantamento dos dados primários foi utilizada a aplicação de um questionário.

A pesquisa documental foi relacionada à Lei nº 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, o qual serviu de base para a elaboração da pesquisa. Os documentos institucionais levantados para análise foram o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de 2014 a 2018. Também foi analisado o Programa de Acompanhamento de Egressos do IFFar, aprovado pela Resolução CONSUP nº 081/2014, Projeto Pedagógico

(PPC) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e demais documentos, como leis, artigos, dissertações e teses relacionadas a egressos.

Como técnica de coleta de dados utilizou-se o inquérito por questionário que, de acordo com Pádua (2000), são instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos respondentes, e não necessitam da presença do pesquisador.

O questionário foi elaborado no *Google Forms*, e composto por duas partes, a primeira, destinada à identificação dos respondentes, tais como: idade, gênero, estado civil e escolaridade, e a segunda parte referente às questões de investigação, composta por questões abertas e fechadas, que buscou conhecer a situação profissional atual dos egressos, se as atividades desempenhadas são na área de formação, o tempo que desempenham as atividades profissionais, vínculo empregatício e localização do trabalho. Também foi questionado sobre as dificuldades encontradas para a inserção no mundo do trabalho, o conceito atribuído ao curso, bem como os conhecimentos práticos e teóricos adquiridos, a expectativa em relação ao curso, os fatores que os levaram a escolher o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Igualmente foi questionado sobre as potencialidades e fragilidades evidenciadas no referido curso, e sugestões de melhoria.

Após ter sido aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa, foi enviado um e-mail com link de acesso ao questionário para os participantes da pesquisa, juntamente com explicações dos objetivos e informações referentes ao sigilo, confiabilidade, riscos e benefícios da pesquisa.

Os questionários *on line* permitem que os usuários considerem as respostas, uma vantagem em relação aos métodos usados pessoalmente ou por telefone. Optou-se pela aplicabilidade do questionário *on line*, pois são enviados de forma rápida e o resultado é mais breve, e como a população pesquisada foram os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, tornou-se mais fácil, rápido e prático o envio do questionário via *e-mail*.

Segundo Malhotra (2006) as pesquisas realizadas com auxílio da Internet estão cada vez sendo mais utilizadas pelos pesquisadores, com vantagens

correspondentes a custos, rapidez e a capacidade de atingir populações específicas, e para o respondente, é viável responder da maneira que for mais apropriado, no tempo e local que assim o desejarem.

2.6. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS A UTILIZAR

Após a aplicação do questionário, os dados obtidos foram analisados de acordo com os objetivos específicos estipulados no presente estudo. O questionário continha 25 perguntas, destas, 22 fechadas e 3 abertas. As perguntas fechadas foram distribuídas nas categorias que identificam o perfil dos entrevistados, formação acadêmica, visão dos egressos sobre o curso, conhecimentos obtidos e situação profissional. Nas perguntas abertas, buscou-se conhecer a opinião dos egressos, no que concerne às potencialidades e fragilidades do curso, e sugestões de melhoria.

Para se obter o resultado esperado, foram utilizadas como técnicas de tratamento de dados a análise qualitativa e estatística.

A análise qualitativa foi referente aos conteúdos dos documentos institucionais, e também utilizada para a análise das perguntas abertas do questionário, enquanto que os dados obtidos das perguntas fechadas foi realizada uma análise quantitativa.

A apresentação dos resultados das perguntas fechadas do questionários foi feita através da elaboração de gráficos, gerados através do Google Forms e pelo programa de informática Excel, acompanhados da análise estatística e descritiva dos dados obtidos. Por sua vez, para trabalhar os dados obtidos através das perguntas abertas recorreremos a análise de conteúdo, que é caracterizada por Moraes (1999), como uma técnica que ajuda a descrever e interpretar os conteúdos de documentos e textos, auxiliando na interpretação das mensagens a obter uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Procuramos seguir as etapas de análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (2011), são fundamentais: a pré-análise, exploração do material, análise e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A etapa de pré-análise foi realizada durante a leitura atenta e minuciosa das respostas às perguntas abertas, do questionário. Logo após, foi realizado um agrupamento das respostas semelhantes, analisando-se percentualmente, as que tiverem maior incidência e, por fim a apresentação dos resultados foi realizado com o auxílio de tabelas, para ilustrar melhor os resultados obtidos.

2.7. CONFIABILIDADE E VALIDADE

Para obter-se as respostas necessárias à realização dessa pesquisa foi enviado um *link* de acesso ao questionário, para o e-mail dos egressos, conseguindo 63,4% de adesão . A confiabilidade e validade do estudo deve-se ao fato de ter sido aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa, e somente após a aprovação, foi enviado aos egressos. Ao responder as perguntas, estes ficaram cientes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constava os riscos e benefícios da pesquisa e que seria mantida a privacidade dos mesmos. Também foi informado que os dados obtidos seriam usados somente com finalidade científica.

Para Kirk e Miller (1986), a confiabilidade, refere-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados parecidos. Enquanto que Yin (2001, p. 60), destaca que “o propósito da confiabilidade é minimizar os erros e os vieses de um estudo”.

Conforme Richardson (1999), o qual afirma que “a validade mostra a capacidade que um instrumento tem de realizar medições adequadas e precisas para chegar a conclusões corretas”.

A confiabilidade e validade são essenciais para autenticação de uma pesquisa científica, tornando-a séria e ética, e na pesquisa realizada procuramos conhecer

o público-alvo, no que buscamos trabalhar com a totalidade da população, a fim de garantir a sua validade, visando atender o propósito do estudo. Na elaboração do questionário, as perguntas foram elaboradas de forma clara e precisa procurando responder aos objetivos propostos. O instrumento de medição foi o inquérito por questionário, e antes da sua aplicação o mesmo foi testado, a fim de verificar os erros existentes, buscando saná-los, e garantir maior veracidade nos resultados. Durante todo o processo procuramos, tratar os dados com rigor, tanto na recolha, como no tratamento dos mesmos, buscando manter um controle de qualidade das estratégias metodológicas utilizadas e no processamento das informações, mensuração, interpretação, discussões, análises e divulgação dos resultados, o que vem a colaborar para tornar a pesquisa válida e útil para a instituição de ensino avaliada.

3. CAPÍTULO III - ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

3.1. A SITUAÇÃO PROFISSIONAL E A PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA NOS EGRESSOS

Será apresentado, na sequência, o resultado da pesquisa, com o qual pretendemos verificar a atuação dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFar – *Campus SVS* no mundo do trabalho a partir das habilidades e competências adquiridas no curso.

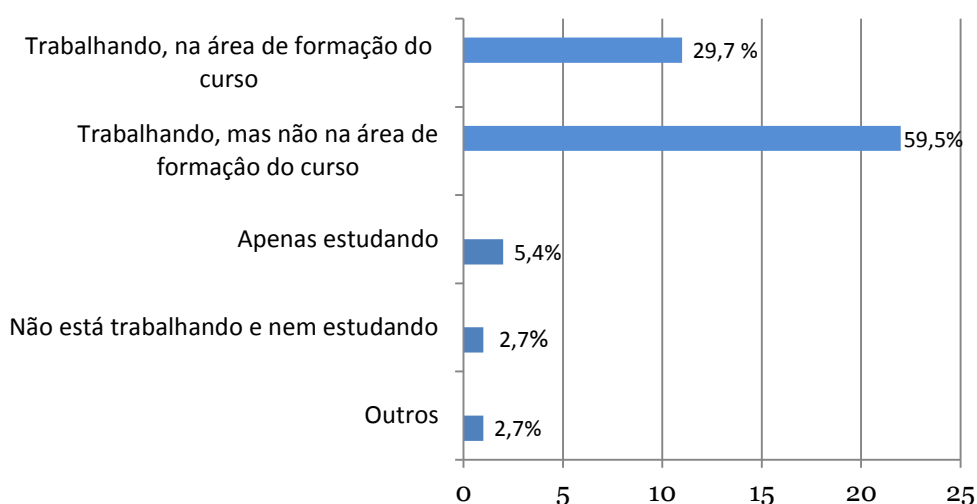
3.1.1. Acerca da situação profissional dos egressos

Tendo como base as respostas obtidas referentes à situação profissional anterior ao ingresso no curso, percebe-se que a maior parte dos participantes (60,5%) já trabalhavam antes de iniciarem o curso, e isso se deve ao fato de o curso ser ofertado no turno da noite, o que facilita que as pessoas que trabalham possam cursá-lo.

A segunda questão diz respeito à situação profissional atual dos egressos, e podemos observar através dos dados obtidos, que 29,7% estão trabalhando na área de formação do curso, 59,5% estão trabalhando, mas não na área de formação, seguido de 5,4% que estão apenas estudando, e ainda 2,7% dos egressos informaram que não estão trabalhando e nem estudando. Três egressos salientaram que trabalham em órgãos públicos, mas não na área de gestão, e os conhecimentos adquiridos no curso se aplica em algumas situações.

De acordo com Vernières (1997 citado por Oliveira, 2012), muitas vezes, os egressos de algumas carreiras profissionais não conseguem encontrar posto condizente com seu curso de formação, o que corrobora com os dados obtidos, na questão que diz respeito às atividades desempenhadas pelos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, pois a maioria encontra-se trabalhando fora da área de formação.

Gráfico 4 – Situação profissional dos egressos



Corroborando com os dados obtidos na questão anterior, a qual diz respeito ao tempo que estão exercendo as atividades profissionais na área de formação, somente 11 dos egressos estão trabalhando na área de formação. Destes, 06 trabalham mais de 03 anos, 02 estão exercendo as atividades de 2 a 3 anos, 02 a menos de seis meses e por último 01 no período de 6 meses a 1 ano.

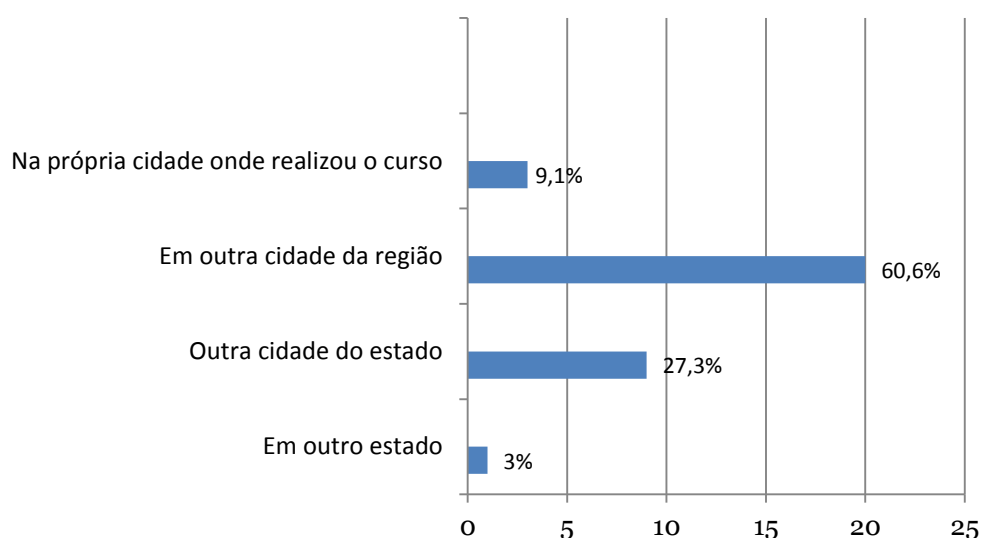
No que diz respeito ao vínculo empregatício, 45,4% dos egressos trabalham com carteira assinada, seguido de 39,4% que são funcionários públicos concursados, 6,1% são empregados sem carteira assinada, 6,1%, se encontram em contrato temporário, enquanto que e 3% trabalham como autônomos.

No que se refere à remuneração, foi possível observar que 41,1% dos entrevistados declararam receber entre 1 a 2 salários mínimos, 32,4% recebem entre 2 a 3 salários, 8,8% recebem de 4 a 5 salários, 5,9% entre 3 a 4 salários, enquanto que 5,9% recebem 1 salário mínimo, e na mesma porcentagem, mais de 5 salários.

O Portal Emprega Brasil, acessado no *link*: <https://empregabrasil.mte.gov.br>, informa que o salário de Técnico em Gestão Pública, está na faixa de R\$ 1.580,28 até R\$ 3.858,11, variando de 1,6 a 4 salários mínimos, o que demonstra que o salário informado pelos egressos está de acordo com a tabela salarial da categoria.

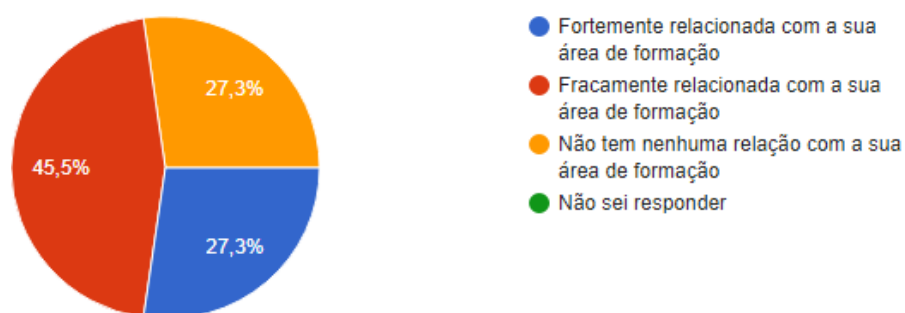
Quanto à localização do trabalho, foi possível verificar que 60,6%, trabalham em outra cidade da região, 27,3%, em outra cidade do estado, seguido de 9,1%, que trabalham na própria cidade onde realizaram o curso e 3% em outro estado. Cabe ressaltar que o fato de trabalharem em outra cidade da região, é devido ao *Campus* ser localizado em uma cidade muito pequena, com poucas ofertas de emprego.

Gráfico 5 – Localização do trabalho atual



No que diz respeito à relação das atividades de trabalho exercidas pelos egressos com a formação de Tecnólogo em Gestão Pública, percebemos que para a maioria, as atividades são fracamente relacionadas com a área de formação, respondendo por 45,5%. Enquanto que para 27,3%, as atividades são fortemente relacionadas com a área de formação e, na mesma proporção, as atividades desempenhadas não possuem nenhuma relação com a área de formação.

Gráfico 6 – Relação trabalho atual com a área de formação



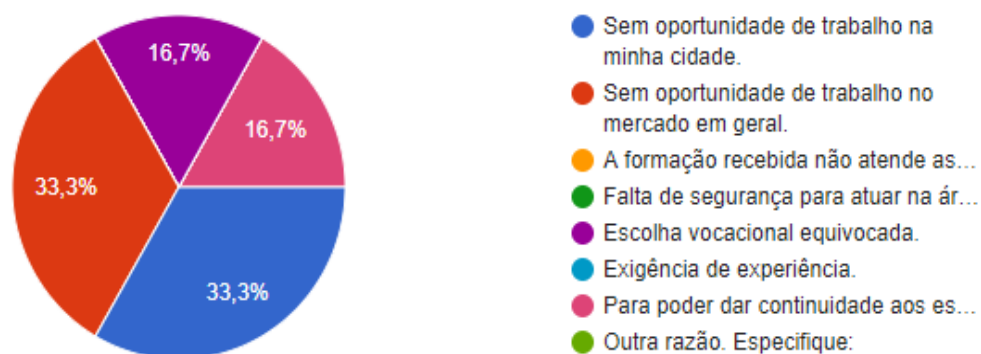
Ao analisar questão que diz respeito às ofertas de trabalho, na cidade/região onde o *Campus* está inserido, percebemos que 44,1% dos egressos informaram que praticamente não há ofertas de emprego, seguido de 41,2% que também responderam que as ofertas de trabalho são poucas e, somente 14,7% disseram haver ofertas de trabalho na cidade/região. Cabe ressaltar que o *Campus* está localizado em uma região pequena, com baixa densidade demográfica, ofertando poucas vagas de trabalho e, muitas vezes, essas ofertas de vagas na área de gestão públicas são precárias. Embora previamente á implantação do curso foi realizada uma consulta pública com a população da região, e apontado a falta de profissionais formados na área de gestão pública.

Gráfico 7 – Ofertas de trabalho na área de formação na cidade/região



O estudo revelou também que 33,3% dos entrevistados informaram que não estão trabalhando devido à falta de oportunidade de trabalho na cidade onde residem, e na mesma proporção, alegaram não estar trabalhando devido a falta de oportunidade no mercado em geral, enquanto que 16,7% para ambas as respostas foi apontada escolha vocacional equivocada, ou optaram por dar continuidade aos estudos.

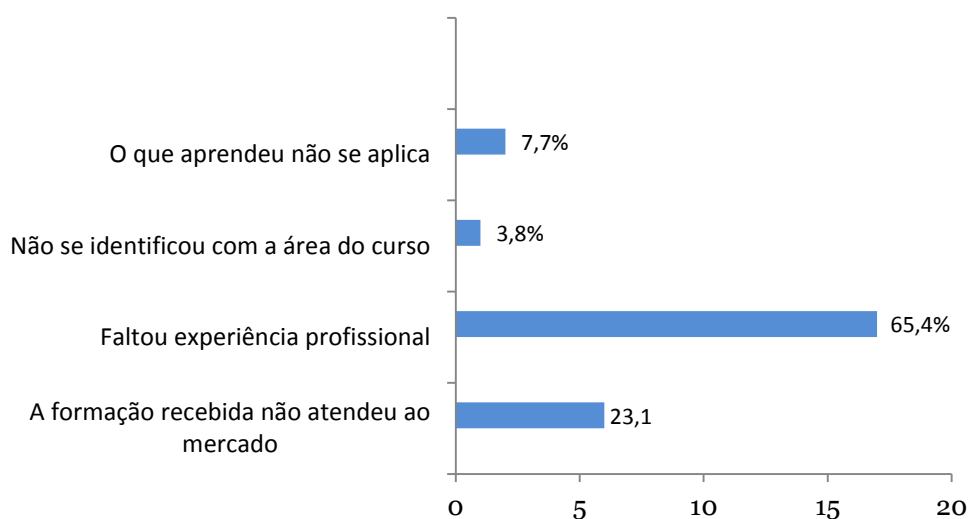
Gráfico 8 – Motivos apontados pelos egressos por não estarem trabalhando



Também foram apontadas as dificuldades encontradas pelos egressos relativamente à inserção profissional, na área de formação ou para aplicar os conhecimentos no trabalho atual. Podemos observar que para 65,4%, faltou

experiência profissional, enquanto que, para 23,1% a formação recebida não atende ao mercado, e 7,7% alegaram que o que aprenderam não têm aplicabilidade. Para 3,8% faltou identificação com a área do curso. Essas dificuldades serão elencadas nas perguntas abertas, que dizem respeito às fragilidades evidenciadas no curso, bem como nas sugestões de melhoria.

Gráfico 9 –Dificuldades encontradas para inserção no mundo do trabalho e/ ou aplicação dos conhecimentos



3.1.2.Sobre a percepção das habilidades e competências profissionais

As questões seguintes buscaram identificar o quanto os egressos percebem em si as habilidades e competências que o curso se propôs a desenvolver. Para realizar essa avaliação foi utilizada a escala de Likert, que segundo Oliveira (2001), "favorece a posição do respondente em relação a cada afirmação". Essa escala é muito usada em questionários com pesquisas de opiniões: são

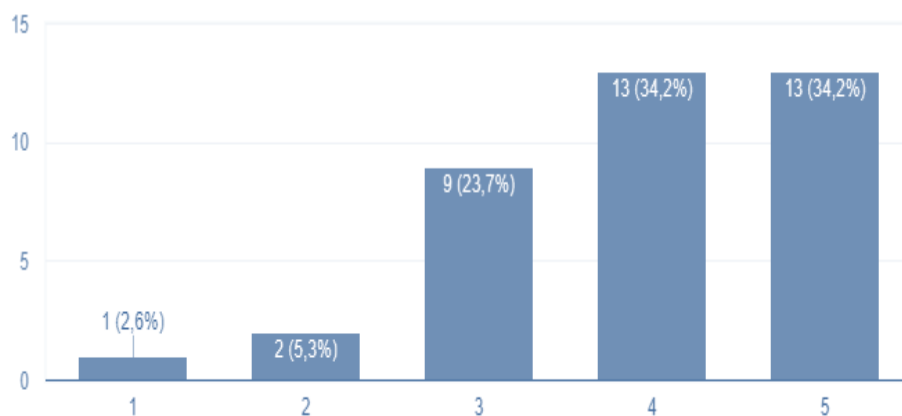
utilizados valores entre 01 e 05, onde 01(mínimo) e 05 (máximo), e a opção 03 é considerada como intermediário.

Segundo o Dicionário *Online* de Português (Aurélio, 2018), a Competência é a capacidade decorrente de profundo conhecimento que alguém tem sobre um assunto; capacidade de fazer alguma coisa, aptidão, ou ainda dever ligado a um ofício, cargo, trabalho; atribuição, alçada, conjunto de habilidades, saberes, conhecimentos. Para o Dicionário Michaelis *Online* (Editora Melhoramentos, 2018), habilidade refere-se ao conjunto de qualificações para o exercício de uma atividade ou cargo, enquanto que a competência significa profundo conhecimento que o indivíduo possui sobre determinado assunto, ou ainda, a aptidão que um indivíduo tem de opinar sobre um assunto e sobre o qual é versado.

Esclarecidos os conceitos de competência e de habilidade, passamos de imediato a referir-nos aos resultados que encontramos sobre a percepção que os participantes têm de si próprios.

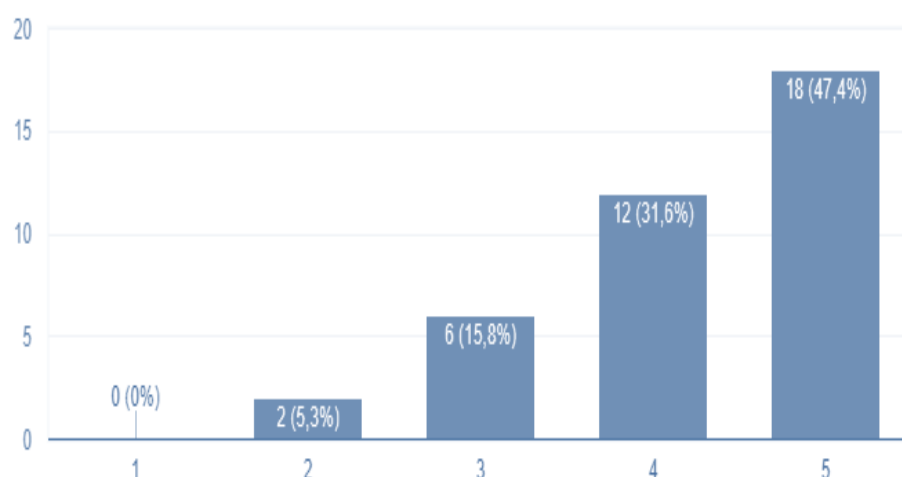
Sobre a capacidade de compreender o processo administrativo de modo integrado, sistêmico e estratégico, auxiliando nas tomadas de decisões na Gestão Pública (Gráfico 10), a maior parte dos egressos que respondeu a esse questionamento possui essa capacidade, totalizando 34,2% nas opções 4 e 5, seguido de 23,7% num nível intermediário, enquanto que, para 5,3% e 2,6% dos egressos, informaram possuir o mínimo de capacidade para entender o processo administrativo.

Gráfico 10 – Compreensão do processo administrativo



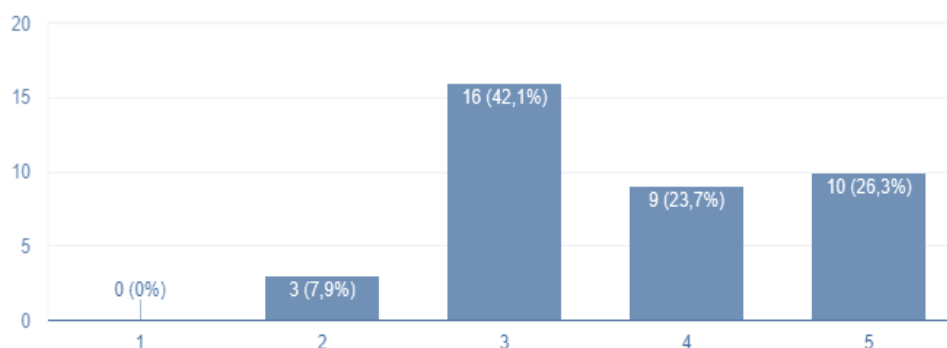
Considerando a opinião dos egressos referente à capacidade de atuar na área da gestão pública com base nos princípios da administração pública e de acordo com a Constituição Federal (Gráfico 11), podemos observar que a maioria dos respondentes se sente totalmente capaz, totalizando 47,4%, seguido de 31,6%, enquanto que para 15,8%, essa capacidade se encontra num nível mediano, e somente 5,3%, possuem menor capacidade.

Gráfico 11 – Atuação na área de Gestão Pública de acordo com os princípios da administração pública e Constituição Federal



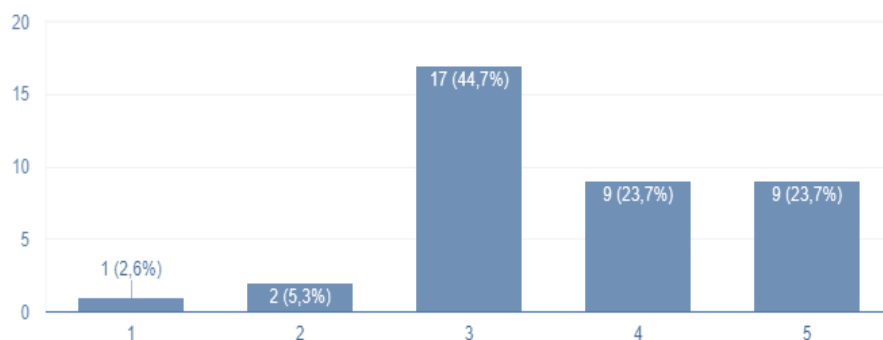
Quanto à capacidade de lidar com modelos inovadores de gestão referente a elaboração, implementação e consolidação dos projetos públicos (Gráfico 12), nota-se que a maioria dos egressos considera possuir um nível intermediário, para lidar com esses modelos, totalizando 42,1%, enquanto que 26,3% e 23,7% responderam que se sentem totalmente capazes, e somente 7,9% alegaram não terem capacidade para lidar com esses modelos.

Gráfico 12 – Modelos inovadores de gestão nos projetos públicos



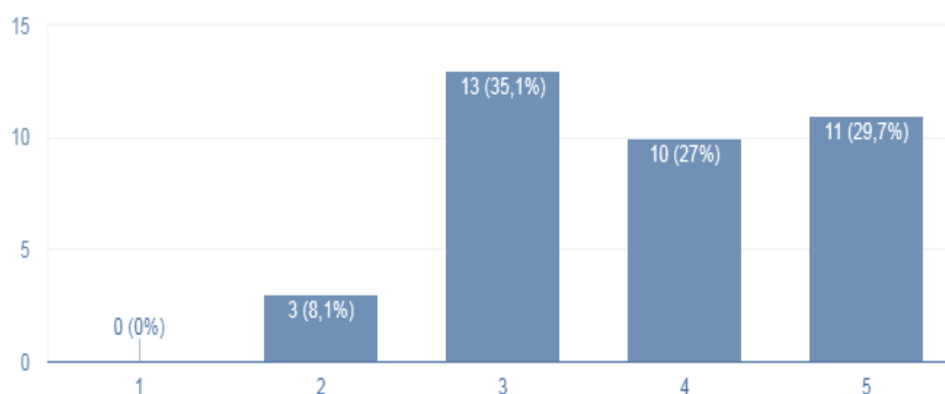
Quando questionados sobre a capacidade de atuar de forma empreendedora, estimulando a busca por estratégias inovadoras nos processos de gestão pública (Gráfico 13), a maior incidência foi no nível intermediário, sendo que 44,7%, sentem-se capazes de usar estratégias inovadoras nos processos de gestão pública, e respectivamente 23,7% dos respondentes possuem maior capacidade e seguido também capazes com 23,7%, e num percentual menor, respondendo por 5,3% e 2,6% sentem-se menos capazes.

Gráfico 13 – Atuação de forma empreendedora e inovadora nos processos de gestão pública



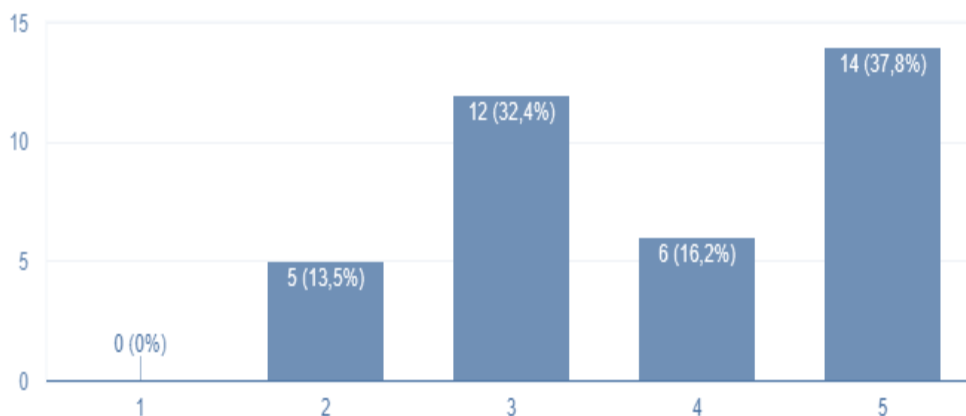
Referente à capacidade de coordenar e desenvolver projetos em parceria com os diversos atores envolvidos nos arranjos produtivos, culturais e sociais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Gráfico 14), percebemos que 35,1% encontram-se no nível intermediário, seguido de 29,7% que se sentem mais capazes, seguido de 27% que também se sentem capazes e, por último 8,1% alegaram menor capacidade de coordenar e desenvolver projetos.

Gráfico 14 – Desenvolvimento de projetos em parcerias visando o desenvolvimento sustentável



Acerca da questão que diz respeito à capacidade de desenvolver atividades de forma dinâmica contribuindo para a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade regional, levando ao aprimoramento contínuo dos mesmos, por meio da eficiência, eficácia e efetividade (Gráfico 15), percebemos que 37,8% dos egressos sentem-se totalmente capazes, 32,4%, mostraram-se num nível intermediário, 16,2% sentem-se capazes e 13,5% sentem-se pouco capazes de desenvolver atividades dinâmicas no serviço público com eficiência, eficácia e efetividade.

Gráfico 15 – Desenvolvimento de atividades de forma dinâmica, buscando a eficiência, eficácia e efetividade



Com base no exposto foi elaborado a tabela de número 3, para melhor visualização dos resultados obtidos, de acordo com a ordem das habilidades e competências mais identificadas pelos egressos e, que estão de acordo com o proposto no PPC do curso, tais como:

- Capacidade de atuar na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública de acordo com a Constituição Federal, que teve a maior incidência. Esse resultado fica evidenciado nas respostas as perguntas abertas do questionário, evidenciando como potencialidades identificadas no curso;
- Capacidade de desenvolver atividades de forma dinâmica que contribuam para a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade regional, levando ao aprimoramento contínuo dos mesmos, por meio da eficiência, eficácia e efetividade;
- Capacidade de compreender o processo administrativo de modo integrado, sistêmico e estratégico, auxiliando nas tomadas de decisões na gestão pública;
- Capacidade de Coordenar e desenvolver projetos em parceria com os diversos atores envolvidos nos arranjos produtivos, culturais e sociais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;

- Capacidade de lidar com modelos inovadores de gestão tendo a capacidade de elaborar, implementar e consolidar projetos públicos;
- Capacidade de atuar de forma empreendedora, estimulando a busca por estratégias inovadoras nos processos de gestão pública.

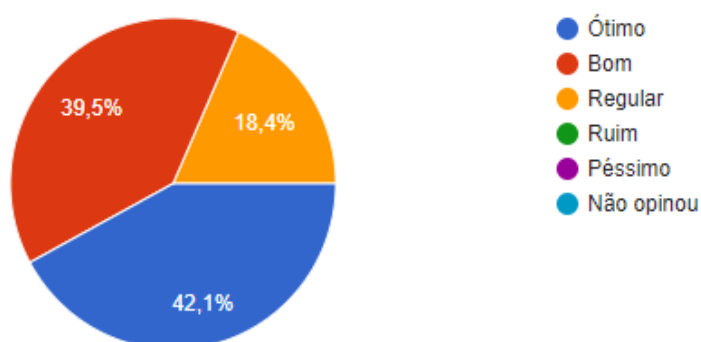
Tabela 3 – Classificação das habilidades e competências desenvolvidas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

| Habilidades/Competências | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Capacidade de compreender o processo administrativo de modo integrado, sistêmico e estratégico, auxiliando nas tomadas de decisões na gestão pública. | 1 | 2 | 9 | 13 | 13 |
| Capacidade de atuar na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública de acordo com a Constituição Federal | 0 | 2 | 6 | 12 | 18 |
| Capacidade de lidar com modelos inovadores de gestão tendo a capacidade de elaborar, implementar e consolidar projetos públicos | 0 | 3 | 16 | 9 | 10 |
| Capacidade de atuar de forma empreendedora, estimulando a busca por estratégias inovadoras nos processos de gestão pública. | 1 | 2 | 17 | 9 | 9 |
| Capacidade de coordenar e desenvolver projetos em parceria com os diversos atores envolvidos nos arranjos produtivos, culturais e sociais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. | 0 | 3 | 13 | 10 | 11 |
| Capacidade de desenvolver atividades de forma dinâmica que contribuam para a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade regional, levando ao aprimoramento contínuo dos mesmos, por meio da eficiência, eficácia e efetividade. | 0 | 5 | 12 | 6 | 14 |

Questionamos aos participantes sobre o conceito atribuído ao curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. A maioria dos egressos (42,1%) respondeu que achou o curso ótimo, seguido de 39,5% informaram que o curso

foi bom, enquanto que para 18,4% o curso foi regular, conforme observa-se no gráfico abaixo.

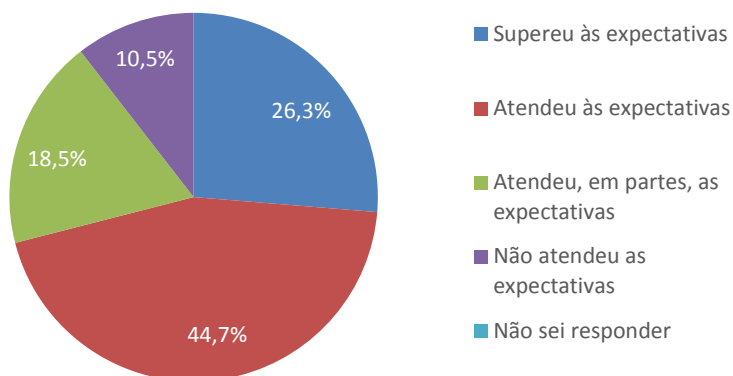
Gráfico 16 – Conceito atribuído ao curso



Ao serem questionados como foi o curso em relação às suas expectativas, a maioria dos egressos afirmou que o Curso de Tecnologia em Gestão Pública atendeu às expectativas, totalizando 44,7%, na sequência, 26,3% responderam que superou às expectativas, 18,5% alegaram que atendeu, em partes, às expectativas e 10,5% disseram que o curso não atendeu às expectativas.

Através dos dados que acabamos de apresentar, é possível perceber que para a grande maioria dos egressos (71%) considerou que o curso atendeu ou superou as expectativas que tinham em relação a esta formação. Estes dados são suportados pelo que nos foi dito pelos participantes nas respostas abertas, a que nos referiremos mais à frente, quando falarmos das potencialidades do curso. A este respeito, adiantaremos, desde já, que os egressos salientaram a qualidade do ensino ofertado e a qualificação do corpo docente deste curso, para além de se terem referido a potencialidades evidenciadas no curso.

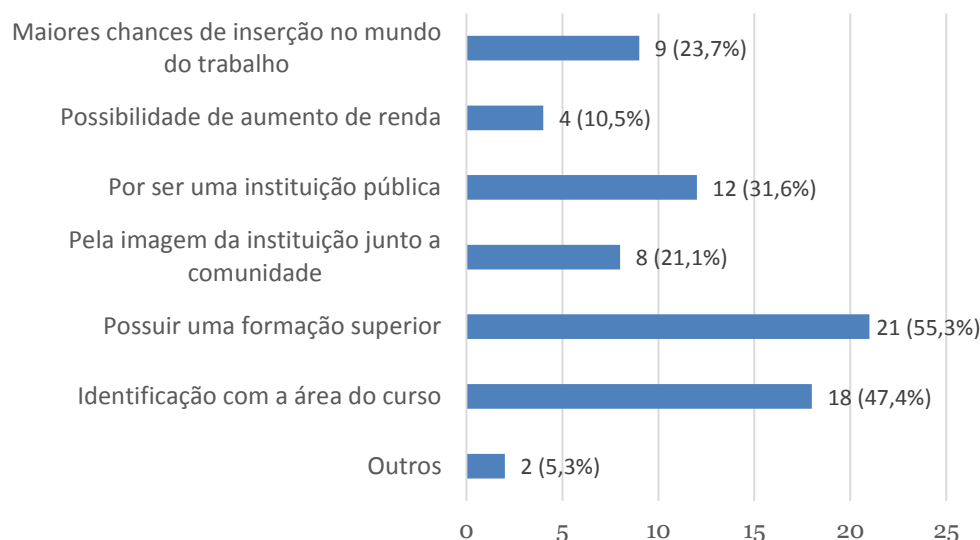
Gráfico 17 – Expectativa em relação ao curso



Sobre a questão que buscou identificar os fatores que os levaram a escolher o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, percebemos que 55,3% dos egressos responderam que realizaram o curso com o objetivo de possuir uma formação superior, 47,4% por terem se identificado com a área do curso, enquanto que 31,6% alegaram que escolheram o curso por ser ofertado numa instituição pública, seguido de 23,7% que informaram que fizeram o curso para terem maiores chances de inserção no mundo do trabalho, enquanto que 21,1% optaram em realizar o curso pela imagem da instituição junto à comunidade, à medida que 10,5% escolheram o curso pela possibilidade de aumento de renda e 5,3% por outros motivos.

É interessante observar que os egressos apontaram mais de uma alternativa para justificar a razão da busca pelo curso, pois do total de 38 participantes, contamos com 74 respostas a esse item.

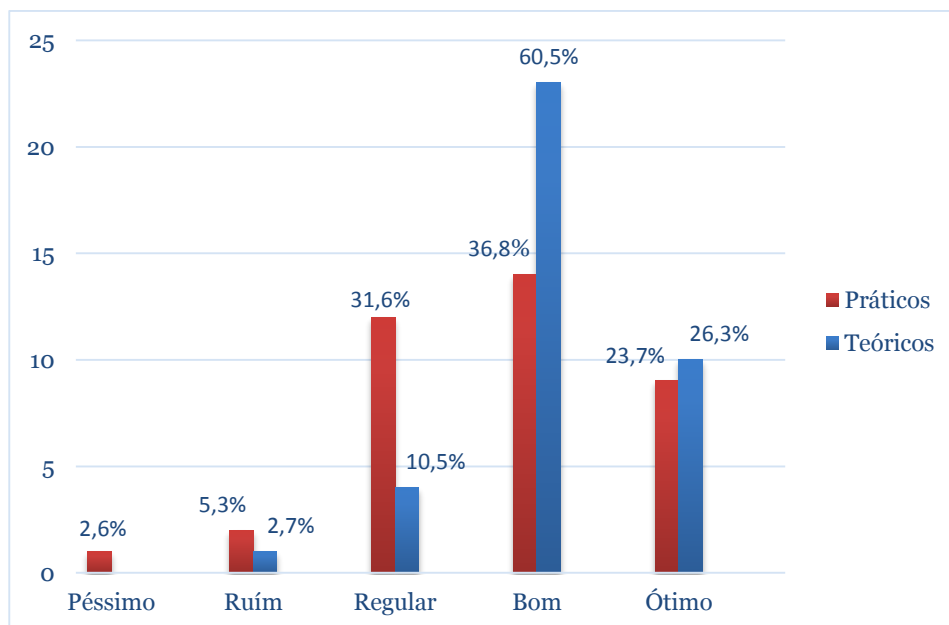
Gráfico 18 – Fatores que influenciaram na escolha do curso



Para a avaliação dos conhecimentos teóricos e dos conhecimentos práticos que obtiveram no curso, os egressos podiam optar pelas seguintes respostas: ótimo, bom, regular ruim e péssimo. Os conhecimentos teóricos foram classificados como tendo sido ótimos por 26,3% dos egressos, como bons por 60,5%, seguido de 10,5% que o classificaram como regular, e por último, com 2,7%, apontaram os conhecimentos teóricos como tendo sido ruins. Já os conhecimentos práticos foram classificados por 23,7% dos egressos como tendo sido ótimos, seguido de 36,8% que o classificaram como tendo sido bons. Ainda sobre esse questionamento, 31,6% apontaram os conhecimentos práticos como regulares, enquanto que 5,3% dos egressos o consideraram ruins, seguido de 2,6%, que o avaliaram como péssimos.

Como podemos perceber, os conhecimentos teóricos foram considerados melhores que os conhecimentos práticos obtidos. Esses dados corroboram com os apontamentos feitos nas perguntas abertas, relacionadas às fragilidades identificadas no curso e também nas sugestões de melhorias, que serão apresentadas nas perguntas abertas a seguir.

Gráfico 19 – Avaliação dos conhecimentos teóricos e práticos



3.2. O CURSO: POTENCIALIDADES, FRAGILIDADES E SUGESTÕES DE MELHORIA

As questões números 23, 24 e, 25 foram abertas. Aí, os egressos puderam expor livremente suas opiniões. Foi usada a análise de conteúdo, nas questões cujas respostas puderam identificar as fragilidades e potencialidades, na visão dos egressos, e sugestões de melhorias para o curso. Para uma melhor interpretação, foi realizado o agrupamento das respostas semelhantes e posteriormente, analisadas, percentualmente, as que tiveram maior incidência.

3.2.1.Sobre as potencialidades

Na visão dos egressos, os fatores considerados como pontos fortes são referentes à infraestrutura, corpo docente, qualidade do curso, além das aprendizagens e competências adquiridas em diversas áreas que norteiam os órgãos públicos. Para além desses aspectos, foram também citados o conhecimento da administração pública, o processo administrativo, os projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, e a capacidade de entender o cenário político nas três esferas, além da compreensão dos direitos e deveres dos servidores públicos, e a capacidade para atuar na área pública com foco no bem comum.

Sete egressos destacaram o conhecimento das entidades e/ou órgãos públicos nas diferentes esferas, como a principal potencialidade do curso, e também a preparação para atuar em diversas áreas, apontado por cinco dos respondentes como sendo um dos pontos fortes do curso. A preparação para concurso público e a percepção das políticas públicas também foram apontada como potencialidades do curso. Para o participante E1, “o curso de gestão pública é bem completo e entrega para o mercado de trabalho profissionais capacitados em realizar suas tarefas de forma ampla, já que o curso proporciona conhecimento em diversas áreas, e não atende somente a área pública, mas também a privada”. Para o participante E2 “o curso de Gestão Pública proporciona conhecimento da história política, além da compreensão da área administrativa, financeira, de gestão de pessoas, ética, moral e processos administrativos que podem se aplicar em qualquer área do mercado de trabalho que esteja disponível”. O quadro de número 2 mostra as respostas dos egressos a este quesito.

Quadro 2 – Potencialidades evidenciadas no curso

| | Potencialidades | Respostas |
|--|--|--|
| Infraestrutura e pessoal | Boa Infraestrutura | 1 (2,2%) |
| | Corpo docente excelente | 4 (8,9%) |
| | Ensino de qualidade | 3 (6,7%) |
| Aprendizagens / competências adquiridas | Capacidade para atuar em diversas áreas | 5 (11,1%) |
| | Compreensão da área de gestão de pessoas | 3 (6,7%) |
| | Ênfase na área de projetos | 1 (2,2%) |
| | Potencialização da visão empreendedora | 1 (2,2%) |
| | Visão sistêmica dos órgãos públicos | 1 (2,2%) |
| | Capacidade para atuar na área pública, com foco no bem comum | 1 (2,2%) |
| | Boa relação teoria X prática | 1 (2,2%) |
| | Bom aprendizado no estágio | 1 (2,2%) |
| | Conhecimento da Administração Pública | Conhecimento das entidades/ órgãos públicos nas diferentes esferas |
| Entendimento da legislação pública vigente | | 3 (6,7%) |
| Preparação para concurso público | | 2(4,5%) |
| Entendimento dos processos licitatórios | | 1(2,2%) |
| Processo Administrativo | Compreensão dos processos administrativos | 3 (6,7%) |
| | Qualificação/ inovação dos processos administrativos | 1(2,2%) |
| | Compreender, planejar e utilizar as ferramentas para uma melhor gestão dos recursos existentes | 1 (2,2%) |
| Projetos/Políticas públicas | Conhecimento das políticas públicas | 2 (4,5%) |
| | Avaliar projetos e programas de políticas públicas | 1 (2,2%) |
| Cenário político | Compreensão do cenário político nas três esferas | 2 (4,5%) |
| Total de respostas | | 45 (100%) |

3.2.2.Sobre as fragilidades

Com o propósito de averiguar as fragilidades do curso, foi solicitada a opinião dos egressos sobre os pontos fracos a serem destacados, e para um melhor entendimento das fragilidades evidenciadas no curso, (treze fragilidades), elas foram agrupadas em três categorias: a primeira, referente ao

pessoal e currículo; a segunda, referente a identidade profissional; a terceira, referente à dificuldade no desenvolvimento das habilidades e competências. Foi nessa última categoria que registramos mais fragilidades (6), tendo destacado-se a “Dificuldade de inserção profissional,” que foi assinalada por 10 participantes e, as “Poucas atividades práticas, dificultando a preparação para o mundo do trabalho”, que foi assinalada por 8 indivíduos. A respeito da inserção no mercado de trabalho, o participante E3, considera-a como a maior fragilidade do curso, porque, diz, ele “a nossa região ainda não tem percepção da necessidade de ter profissionais qualificados dentro da administração pública.”Esses dois fatores juntos (a dificuldade de inserção profissional e as poucas atividades práticas) poderão ter uma correlação com as respostas apresentadas anteriormente nas perguntas fechadas, referente aos conhecimentos práticos obtidos no curso, as quais foram consideradas menos favoráveis em relação aos conhecimentos teóricos.

Os egressos também apontaram uma falta de identidade/credibilidade profissional com relação à formação de tecnólogo e a falta de conscientização da comunidade regional sobre a importância de possuir profissionais qualificados na área de gestão pública para atuarem nos órgãos públicos. Esses fatores levam, muitas vezes, os egressos a buscarem uma segunda graduação, fator esse evidenciado nas respostas à pergunta fechada que inquiria sobre o grau de escolaridade dos respondentes, sendo apontado por 50% dos egressos a realização de uma segunda graduação. A este respeito, o egresso E4, “Aceitação profissional, muitos discentes não consideram o curso como base de formação acadêmica e buscam outras graduações”.

Alguns egressos apontaram, como fator negativo do curso, o direcionamento do curso para realização de concursos públicos, pois poderiam ser exploradas mais outras áreas que o tecnólogo em Gestão Pública estaria apto a atuar. Em contrapartida, foram destacadas limitações de ofertas de vagas nos concursos públicos para o cargo de Gestor Público, sendo que a própria instituição de ensino ofertante do curso não oferece vagas para o cargo de Gestor Público, como nos referiu o respondente E5 “O IFFar deveria prever

em seu quadro funcional, o cargo de Gestor Público para todas as unidades da instituição, tanto na carreira de técnico-administrativo quanto na carreira docente”. Também foi citada a falta de professor formado em Gestão Pública para ministrar aulas no curso e poucos locais para realização de estágio.

Com menor incidência, os egressos apontaram como fragilidades o tempo de duração do curso de tecnologia, que consideram longo, e a falta de desenvolvimento da visão empreendedora e sistêmica. Foi ainda apontada a falta de elaboração de artigos e trabalhos científicos, bem como a realização de trabalhos avaliativos, conforme aponta o egresso E6 “Desenvolvimento de visão empreendedora no curso (o que poderia auxiliar na inserção ao mercado de trabalho). Tempo de duração (por ser um curso tecnólogo, há outras opções de cursar em instituições privadas e/ou a distância que oferecem o curso em menos tempo”. Outro fator evidenciado foi que o curso não deveria ser focado somente no desenvolvimento regional, podendo ter sido expandido para outras áreas públicas, como podemos visualizar no quadro de número 3.

Quadro 3 – Fragilidades evidenciadas no curso

| Fragilidades | | Respostas |
|---|---|------------|
| Pessoal/currículo | Falta docentes formados em Gestão Pública para atuarem no curso | 2 (4,9%) |
| | Tempo de duração longo para um curso de tecnologia | 1 (2,4%) |
| | Realização de mais trabalhos avaliativos/elaboração de artigos e trabalhos científicos | 1 (2,4%) |
| | Poucos locais de estágio | 2 (4,9%) |
| Identidade profissional | Conscientização da comunidade regional sobre a importância de profissionais qualificados para atuarem nos órgãos públicos | 4 (9,8%) |
| | Falta de identidade/credibilidade profissional | 4 (9,8%) |
| | Vagas limitadas para gestor Público nos concursos públicos | 2 (4,9%) |
| Desenvolvimento de habilidades e competências | Dificuldade de inserção profissional | 10 (24,4%) |
| | Formação voltada mais para concurso público | 4 (9,8%) |
| | Falta de visão sistêmica | 1 (2,4%) |
| | Desenvolver mais a visão empreendedora, visando auxiliar na inserção no mundo do trabalho | 1 (2,4%) |
| | Curso muito focado no desenvolvimento regional, podendo expandir para outras áreas públicas | 1 (2,4%) |
| | Poucas atividades práticas, dificultando a preparação para o mundo do trabalho | 8 (19,5%) |
| Total | | 41 (100%) |

3.2.3.Sugestões de Melhoria

Considerando a importância da percepção dos egressos, como importante fonte para atualizar o processo ensino-aprendizagem, foi lhes solicitado sugestões de melhoria para o curso. A este propósito 8 participantes (21,1%)

os quais apontaram a realização de um trabalho de sensibilização com as instituições públicas local e regional, sobre a importância de possuir gestores públicos atuando na gestão, e, na mesma proporção, a oferta de mais aulas práticas no curso. Sobre este assunto, os participantes E7 e E8 referiram o seguinte:

“Maior conhecimento sobre as áreas de atuação, contato com a comunidade local e cidades da região para que possam acolher os egressos, abrindo vagas para gestores” (participante E7).

No meu ponto de vista seria um pouco mais de aulas práticas, para poder colocar em prática a teoria que nos foi passada (participante E8).

Destaca-se que os egressos apontaram também a necessidade de se desenvolverem mais projetos e práticas de extensão, a realização de mais estágios no decorrer do curso, visitas técnicas às prefeituras e demais órgãos públicos da região, a fim de conhecer a rotina dos procedimentos públicos, aliando teoria e prática, corroborando com vários apontamentos realizados anteriormente, tanto nas respostas às perguntas fechadas, como nas respostas às perguntas abertas, como pontos fracos do curso.

Na visão dos egressos poderia ser mais desenvolvida a visão empreendedora no curso, buscando melhorar a atuação do Tecnólogo em Gestão Pública, para que estes possam atuar no setor privado dando suporte à administração pública, ou ainda, executarem atividades de consultoria ou assessoria para pessoa física ou jurídica. Outra sugestão apontada pelos egressos foi referente à realização de concurso público para o cargo de Gestor Público no IFFar, e também a oferta de especialização *Lato e Scritto Senso* na área de Gestão Pública, proporcionando aos egressos uma formação continuada.

Outras sugestões de melhorias foram referentes à realização de mais aulas dinâmicas, e a exploração do processo de incubadoras empresariais, buscando auxiliar no desenvolvimento do empreendedorismo. Transcrevem-se algumas das sugestões, propostas pelos egressos.

Divulgar mais o curso para as instituições públicas enfatizando os benefícios que um profissional do cargo pode trazer, bem como, mostrar/ensinar aos alunos formas alternativas de trabalho após a sua formação (participante E9).

Maior conhecimento sobre as áreas de atuação, contato com a comunidade local e cidades da região para que possam acolher os egressos, abrindo vagas para gestores (participante E10).

Quadro 4 – Sugestões de melhorias para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

| Sugestões apontadas | Respostas |
|---|-----------|
| Realizar trabalho de sensibilização com as instituições públicas local e regional. | 8 (21,1%) |
| Não focar somente em desenvolvimento regional ou na realização de concurso público. | 1 (2,6%) |
| Desenvolver mais o empreendedorismo no curso | 2 (5,3%) |
| Ofertar o cargo de Gestor Público no IFFar nas carreiras de Técnico-Administrativo e Docente. | 1 (2,6%) |
| Reduzir o tempo de duração do curso. | 1 (2,6%) |
| Ofertar especialização <i>Lato ou scricito Senso</i> na área de Gestão Pública | 1 (2,6%) |
| Explorar o processo de incubadoras empresariais. | 1 (2,6%) |
| Realização de aulas mais dinâmicas, buscando inovações. | 1 (2,6%) |
| Realizar visitas técnicas às prefeituras e/ ou órgãos públicos. | 4 (10,5%) |
| Mais aulas práticas. | 8 (21,1%) |
| Melhorias nas delimitações de competências, para melhor articular seus conhecimentos, habilidades e atitudes. | 1 (2,6%) |
| Ter mais estágio no decorrer do curso. | 2 (5,3%) |
| Desenvolver mais projetos e práticas de extensão. | 5 (13,2%) |
| Melhorar a atuação do Tecnólogo em Gestão Pública, para que possam atuar no setor privado dando suporte à administração pública | 2 (5,3%) |
| Total | 38 (100%) |

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade e a importância de um acompanhamento eficaz dos egressos, ficou evidenciado no presente estudo, pois estes são capazes de avaliar os impactos, as deficiências, os pontos fortes e as fragilidades da instituição de ensino, tornando-se uma importante fonte para atualizar o processo de ensino-aprendizagem.

O presente estudo teve como objetivo analisar em que medida o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul contribuiu para a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho, na sua área de formação.

O público-alvo da pesquisa foram os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul que colaram grau no período de 2013-2016. Participaram do estudo, 38 indivíduos que, são predominantemente, jovens adultos, solteiros e do gênero feminino. A maioria já trabalhava antes de iniciar o curso.

Através dos dados obtidos, foi possível perceber uma boa avaliação em relação ao curso, e que o mesmo atendeu as expectativas dos egressos. A escolha do curso do interesse de possuírem uma formação superior, e também pela identificação com a área. Para a maioria dos egressos os conhecimentos teóricos foram melhores que os práticos, fator evidenciado nas fragilidades destacadas no curso, e nas sugestões de melhorias.

Ao confrontar as potencialidades e fragilidades apontadas pelos egressos, percebemos que a principal dificuldade relatada foi à inserção no mundo do trabalho, corroborando com as poucas atividades práticas obtidas durante a realização do curso. Outro fator relevante é a falta de identidade do curso, pois alguns egressos buscam uma segunda graduação. Também foi mencionado a falta de um trabalho de conscientização com a comunidade local e regional sobre a importância de possuir profissionais formados na área de gestão

pública para atuarem nos órgãos públicos. Também foi citado a falta do cargo de Gestor Público na própria instituição ofertante, e na região onde o *campus* está inserido. Quanto às potencialidades mencionadas na pesquisa, sobressaíram os conhecimentos das entidades/órgãos públicos nas diferentes esferas, corpo docente excelente e o ensino de qualidade.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi implantado com o propósito de sanar a falta de profissionais formados na área para atuarem nas três esferas dos órgãos públicos, pertencentes à região do Vale do Jaguari, onde o *Campus* está inserido, mas o que se percebe através dos dados da pesquisa, uma grande dificuldade de inserção profissional. O estudo apontou que, praticamente, não há vagas em concursos públicos para o cargo, embora haja uma preparação do curso referente a esse item. Outro fator destacado foi a falta de alternativas de trabalho, faltando desenvolver mais o empreendedorismo entre os estudantes, para que não fiquem reféns de concurso público, com opções de trabalharem em outras áreas, com consultorias, ou assessorias a esses órgãos, ou em empresas privadas que prestam serviços para o setor público. Outro ponto relevante, é a necessidade de um trabalho de sensibilização com a comunidade regional, através de projetos de extensão, visitas técnicas aos órgãos públicos, a fim de proporcionar que os alunos coloquem em prática os conhecimentos teóricos adquiridos no curso, aliando teoria e prática, importante para o desempenho profissional, contribuindo assim para a inserção profissional.

Portanto, a política de acompanhamento de egressos, apesar de não ser uma tarefa fácil, é necessária, além de ser uma exigência legal, é crucial para o sucesso e manutenção do ensino. Um fator importante a considerar, é que para haver uma efetiva participação dos egressos, é importante um trabalho de sensibilização, e manter contato atualizado, fato que ficou evidenciado em virtude da pesquisadora ter realizado contato prévio com os egressos, obtendo boa adesão no presente trabalho.

Através da pesquisa realizada, foi possível avaliar a percepção que os egressos possuem sobre a sua formação, os pontos fortes e as fragilidades encontradas no curso, as dificuldades enfrentadas para a inserção profissional, bem como a contribuição para o curso, através das sugestões de melhorias, buscando assim, um *feedback* para a instituição pesquisada, procurando auxiliar na inserção profissional dos futuros estudantes.

A partir do objetivo geral acima referido foram deduzidos três objetivos específicos, que nortearam o trabalho da pesquisa:

- Verificar se os egressos do Curso de Gestão Pública estão exercendo atividade profissional atualmente, e se estas são na sua área de formação ou correlata;
- Identificar os fatores que impediram/dificultaram ou que facilitaram/contribuíram para o egresso atuar na sua área de formação;
- Analisar se os egressos identificam em si as habilidades e competências do Tecnólogo em Gestão Pública elencadas no Projeto Pedagógico do Curso;

Relativamente ao primeiro objetivo, que buscou averiguar a situação profissional atual dos egressos, foi possível perceber que a maioria trabalha fora da área de formação e se encontrava mais de três anos exercendo as atividades profissionais, com renda mensal que varia de 1 a 3 salários mínimos nacionais. A maioria informou que trabalha como empregado, com carteira assinada, ou são funcionários públicos concursados.

O estudo mostrou que as atividades desempenhadas por grande parte dos egressos têm pouca relação com a sua formação, e o trabalho fica localizado em uma cidade da região onde realizaram o curso. Isso poderá ser, em virtude da cidade onde o *campus* está localizado ser muito pequena, com poucas ofertas de trabalho.

Acerca do segundo objetivo, que teve o propósito de identificar os fatores que impossibilitaram ou favoreceram para o egresso atuar na sua área de formação, a pesquisa apontou que os principais obstáculos enfrentados pelos egressos não estarem atuando na área de formação, foram referentes a poucas

ofertas de trabalho na cidade ou região onde o *campus* está inserido. Também foi apontado por aqueles que não estão trabalhando, a falta de trabalho na cidade onde residem, e no mercado em geral, como causas do desemprego.

Sobre o terceiro objetivo, que buscou analisar a identificação das habilidades e competências desenvolvidas pelos egressos relacionadas à formação recebida, a pesquisa apontou a capacidade de atuação na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública em consonância com a Constituição Federal, como a mais desenvolvida pelos egressos. Em contrapartida, a menos desenvolvida foi referente à capacidade de atuar de forma empreendedora, estimulando a busca por estratégias inovadoras nos processos de gestão pública.

Concluimos, referindo que os resultados obtidos nesta pesquisa, realizada com os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, poderão contribuir muito para o trabalho que precisa de ser realizado pelos Coordenadores, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso, quer em relação a um efetivo monitoramento do curso, quer em relação ao estabelecimento de ações de intervenção e melhoria ligadas aos problemas detectados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ananias, L. A. (2015). *O Significado do Curso do PRONATEC e a Inserção no mercado de trabalho do Jovem egresso do programa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Andrade, A. de F. B. (2009). *Cursos Superiores de Tecnologia: Um estudo de Sua Demanda Sob a Ótica dos Estudantes*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UNB, Brasília, Brasil.

Assis, C. F. (2013). *Estudo dos fatores que influenciam a evasão dos alunos nos Cursos Superiores de Tecnologia de uma Instituição de Ensino Superior Privada*. Dissertação de Mestrado Profissional em Administração apresentada à Faculdade Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Aurélio (2018). *Dicionário online*. Acedido em 12/06/2018. Disponível em <https://www.dicio.com.br/aurelio-2>

Barbato, S. (2011). *Avaliação do perfil de egresso do curso de graduação em administração: a inserção no mercado de trabalho*. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação apresentada à Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Buttros, V. L. (2016). *O Acompanhamento de Egressos da Educação Superior como Critério de Avaliação institucional do SINAES: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentado à Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Cezar, T. T., & Ferreira, S. L. (2016). A relação entre educação e trabalho: um contexto de contradições e a aproximação com a educação profissional. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, (http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n4.8248) 11(4), 2141-2158. E-ISSN: 1982-5587.
- Dias, M. R. D. (2016). *A política de monitoramento de egresso no instituto federal do Ceará: um estudo de caso no campus de Cauaca*. Dissertação de Mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública apresentado à Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, MG, Brasil.
- Dictionary.com (2017). Acedido em 27/11/2017, Disponível em <http://www.dictionary.reference.com/browse/alumni>
- Editora Melhoramentos (2018). Dicionário *online*. Acedido em 12/06/2018. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>
- Favretto, J., & Moretto, C. F. (2013). Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. *Educação & Sociedade*, 34(123), 407–424.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodología da Pesquisa científica* (Apostila). Fortaleza: UEC.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Guimarães, A. Q., & Almeida, M. E. (2013). Os Jovens e o Mercado de Trabalho: Evolução e Desafios da Política de Emprego no Brasil. *Revista Temas de Administração pública*, 8(2), ISSN: 1982-4637.
- IBGE (2009). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

- IBGE (2018). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Acedido em 23/03/2018, Disponível em <https://www.ibge.gov.br> › Estatísticas › Sociais › População.
- IFFar (2014). *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 -2018)*. Acedido em 05/12/2017. Disponível em <http://www.iffarroupilha.edu.br/portal-pdi>
- IFFar (2015). *Campus São Vicente do Sul - PPC GP. Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (2015)*. Acedido em 01/11/2017. Disponível em <http://www.svs.iffarroupilha.edu.br/site>
- IFFar (2017). *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Acedido em 05/12/2017. Disponível em <http://www.iffarroupilha.edu.br/site>
- IFFar (2018). *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Portal de Egressos*. Acedido em 28/05/2018. Disponível em <http://www.iffarroupilha.edu.br/egressos>
- Kirk, J., & Miller, M. L. (1986). *Reliability and validity in qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Macedo, P. C. S. (2017). Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira da Educação profissional e Tecnológica*, 2(13), 94-106, ISSN - 2447-1801.
- Machado, S. A. (2001). *Acompanhamento de egressos: caso CEFET/PR - unidade Curitiba*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada* (4a ed.). Porto Alegre: Bookman.

- Ministério da Educação. (2009). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Acedido em 20 março, 2018. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf.
- Ministério da Educação. (2010). *Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica*. Acedido em 20 maio, 2018. Disponível em portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=6691 Acesso em.
- Ministério da Educação (2016). *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Acedido em 16 maio, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia>
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Oliveira, H. (2014). *Valores, Ética e Responsabilidade*. Acedido em 23/11/2017. Disponível em <http://www.ver.pt/ajudar-a-construir-a-forca-de-trabalho-do-futuro/>
- Oliveira, T. M. V. (2001). Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. *Administração On Line*, (http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm), 2(2).
- Oliveira, R. S. (2012). Inserção Profissional: Perspectivas Teóricas e agenda de pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 6(1), 124-135, jan./mar. 2012.
- Pádua, E. M. M. (2000). *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática* (6a ed. Renovada e Ampliada). Campinas: Papirus.
- Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília e São Paulo, Brasil.

Presidência da República (1988). *Constituição Federal de 1988*. Acedido em 12/06/2018. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Presidência da República (2004). *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Acedido em 21/11/2017. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

Presidência da República (2004). *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Acedido em 21/11/2017. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

Presidência da República (2008). *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Acedido em 21/11/2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

Sampaio, M. V. D. (2013). *Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho*. Dissertação de Mestrado em Economia apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Silva, C. J. (2009). *Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008 Comentários e Reflexões*. Natal, RN: Editora do IFRN.

Souza, B. J. (2012). *Política de expansão dos cursos de tecnologia: nova fase da educação superior e tecnológica*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil.

Scheid, F. (2017). *Acesso e utilização a bases de dados: estudo de caso da Biblioteca do IFSul – Câmpus Charqueadas*. Dissertação de Mestrado em Gestão Educacional apresentado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, Brasil.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS: UM ESTUDO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IF FARROUPILHA – *CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL.*” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta instituição autoriza a pesquisadora CLÁUDIA ADRIANA LEGRAMANTE DELEVATI BASTOS a realizar a pesquisa no Instituto Federal Farroupilha – *Campus São Vicente do Sul*, onde serão aplicados questionários aos alunos egressos, e se necessário entrevista. Também será realizada pesquisa documental, utilizando-se da infraestrutura desta Instituição. Autorizo ainda que o nome da instituição seja mencionado no relato da pesquisa.

São Vicente do Sul, 09 de janeiro de 2018.

Deivid Dutra de Oliveira
Diretor Geral

APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO

Eu Cláudia Adriana Legramante Delevati Bastos, na condição de mestranda (Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Especialização em Administração das Organizações Educativas) do Instituto Politécnico do Porto – IPP, pesquisadora responsável pelo Projeto “ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS: UM ESTUDO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IF FARROUPILHA – *CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL*”, comprometo-me a cumprir os Termos da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma.

Cláudia Adriana Legramante Delevati Bastos

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada, **“Acompanhamento dos Egressos: Um estudo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha – Campus São Vicente do Sul”**, sob responsabilidade da mestrandia Cláudia Adriana Legramante Delevati Bastos, e orientação do professor Dr. Fernando Cardoso do Instituto Politécnico do Porto (IPP), Portugal. Os participantes do estudo serão os egressos do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública que colaram grau no período de 2013-2016, incluindo você. O objetivo do estudo é analisar em que medida o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul contribui para a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho, na sua área de formação.

Para a realização do presente estudo será previamente entrado em contato com os egressos, através de contato telefônico visando atualizar os seus dados e sensibiliza-los da importância da sua colaboração para o referido estudo. Estas medidas serão realizadas no Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Vicente do Sul.

Para a realização da pesquisa, será feita a aplicação de um questionário através de formulário eletrônico. O questionário *on-line* poderá ser respondido no momento e local de sua preferência. Não é obrigatório responder a todas as perguntas se assim você o desejar.

Você e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano, durante a pesquisa será garantida a indenização.

A sua participação na pesquisa não representará riscos potenciais ou reais à sua dimensão física, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, em qualquer fase. No entanto, poderá causar algum embaraço ou constrangimento ao responder o questionário, ou desconforto por não entendimento de alguma

questão. Caso isso aconteça, a qualquer instante, você poderá interromper ou desistir de participar.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão indiretos, uma vez que os resultados poderão servir de subsídios para proporcionar melhorias no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome, e todos os dados obtidos na pesquisa serão com finalidade científica.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Cláudia Adriana Legramante Delevati Bastos

NÚMERO DO TELEFONE: (55) 99963-5955/ (55) 3257-1320

ENDEREÇO: Rua Cipriano D'Avila, 1201 – CEP: 97420-000 – São Vicente do Sul/RS

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul Fone/Fax:

(55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521

Fone: (61)3315-5878/ 5879

e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____ Local: _____ Data: ____/____/____

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
(opcional)

2. Gênero:
 Masculino Feminino

3. Faixa etária:
 20 - 25 anos
 26 - 30 anos
 31 - 35 anos
 36 - 40 anos
 41 - 45 anos
 46 - 50 anos
 Mais de 50 anos

4. Estado civil:
 solteiro(a)
 casado(a)
 Divorciado(a)
 viúvo(a)
 união estável

5. Em quanto tempo você concluiu seu curso:
 de 3 a 4 anos
 de 4 até 5 anos
 mais de 5 anos

6. Seu grau de escolaridade atual:
 Segunda graduação
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado

PARTE II – QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

7. Você trabalhava antes de iniciar o curso?

- () Sim () Não

8. Atualmente você está:

- () Trabalhando, na área de formação do seu curso
() Trabalhando, mas não na área de formação do seu curso
() Apenas estudando
() Não está trabalhando e nem estudando.
() Outros (Especifique)_____

(No caso de NÃO TRABALHAR, passe para a pergunta de número 16)

Se TRABALHA, continue, respondendo à questão seguinte:

9. Caso trabalhe na sua área de formação, indique há quanto tempo?

- () Menos de 6 meses
() de 6 meses a 1 ano
() de 1 a 2 anos
() de 2 a 3 anos
() Mais de 3 anos

10. Caso você esteja trabalhando, qual é o seu vínculo empregatício?

- () Empregado com carteira assinada
() Empregado sem carteira assinada
() Funcionário público concursado
() Autônomo/Prestador de serviços
() Em contrato temporário
() Proprietário de empresa /negócio
() Outros (Especifique):_____

11. Onde está localizado o seu trabalho atual?

- () Na própria cidade onde realizou o curso
() Em outra cidade da região
() Outra cidade do Estado
() Em outro Estado

12. Considerando o salário mínimo nacional, qual a sua renda mensal em salários mínimos?

- Até 1 Salário Mínimo
- De de 1 a 2 salários mínimos
- De de 2 a 3 Salários mínimos
- De 3 a 4 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

13. Qual a relação entre o seu trabalho atual e a sua formação de Tecnólogo em Gestão Pública?

- Fortemente relacionada com a sua área de formação
- Fracamente relacionada com a sua área de formação
- Não tem nenhuma relação com a sua área de formação
- Não sei responder

14. Como são as ofertas de trabalho na sua área de formação na sua cidade/região:

- Há muitas ofertas de emprego ou trabalho
- Há ofertas de emprego ou trabalho
- Há poucas ofertas de emprego ou trabalho
- Praticamente não há ofertas de emprego

15. Quais dificuldades foram encontradas para entrar no mundo de trabalho na área de formação ou para aplicar seus conhecimentos no trabalho atual?

- A formação recebida não atendeu ao mercado
- Faltou experiência profissional
- Não se identificou com a área do curso
- O que aprendeu não se aplica

(No caso de ESTAR TRABALHANDO, passe para a pergunta de número 17)

16. *Caso não trabalhe*, assinale os motivos:

- Sem oportunidade de trabalho na minha cidade.
- Sem oportunidade de trabalho no mercado em geral.
- A formação recebida não atende à exigências do mundo do trabalho
- Falta de segurança para atuar na área.
- Escolha vocacional equivocada.
- Exigência de experiência.
- Para poder dar continuidade aos estudos
- Outra razão. Especifique: _____

17. Qual é o conceito que você atribui ao curso que concluiu?

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Péssimo
- () Não opinou

18. Numa escala de 01 a 05, sendo que 01(mínimo) e 05(máximo), como você avalia o desenvolvimento das habilidades e competências adquiridas no curso de Tecnologia em Gestão Pública?

| Habilidades/Competências | Avaliação | | | | |
|---|-----------|--|--|--|--|
| | | | | | |
| Capacidade de compreender o processo administrativo de modo integrado, sistêmico e estratégico, auxiliando nas tomadas de decisões na gestão pública. | | | | | |
| Capacidade de atuar na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública de acordo com a Constituição Federal | | | | | |
| Capacidade de lidar com modelos inovadores de gestão tendo a capacidade de elaborar, implementar e consolidar projetos públicos | | | | | |
| Capacidade de atuar de forma empreendedora, estimulando a busca por estratégias inovadoras nos processos de gestão pública. | | | | | |
| Capacidade de Coordenar e desenvolver projetos em parceria com os diversos atores envolvidos nos arranjos produtivos, culturais e sociais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. | | | | | |
| Capacidade de desenvolver atividades de forma dinâmica que contribuam para a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade regional, levando ao aprimoramento contínuo dos mesmos, por meio da eficiência, eficácia e efetividade. | | | | | |

19. Como foi o seu curso em relação a sua expectativa?

- () Superou à expectativas
- () Atendeu à expectativas
- () Atendeu, em partes, as expectativas
- () Não atendeu as expectativas
- () Não sei responder

20. Quais os fatores que o levaram a escolher o curso de Tecnólogo em Gestão Pública:

- () Maiores chances de inserção no mundo do trabalho
- () Possibilidade do aumento da renda
- () Por ser uma instituição pública

- Pela imagem da instituição junto à comunidade e/ou qualidade do curso
- Possuir uma formação superior
- Identificação com a área do curso
- Outros (justifique): _____

21. Como você avalia os conhecimentos teóricos obtidos da sua área de formação?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não opinou

22. Como você avalia os conhecimentos práticos obtidos da sua área de formação?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não opinou

23. Quais as potencialidades que você evidencia no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública?

24. Quais as fragilidades que você evidencia no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública?

25. Em sua opinião o que pode ser melhorado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública para aprimorar o desempenho profissional dos estudantes e para terem mais chances de inserção no mundo do trabalho?